



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Catarina dos Santos Silva

CULTIVAR A PAZ, COLHER VIOLÊNCIA
O CONFLITO COLOMBIANO E A PRODUÇÃO DE CAFÉ

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientado pelo Professor Doutor Bernardo Teles Fazendeiro e apresentada Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2020



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Catarina dos Santos Silva

CULTIVAR A PAZ, COLHER VIOLÊNCIA
O CONFLITO COLOMBIANO E A PRODUÇÃO DE CAFÉ

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz,
Segurança e Desenvolvimento, orientada pelo Professor Doutor Bernardo Teles
Fazendeiro e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2020

Foto da folha de rosto: © Johan Serrano.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o Professor Doutor Bernardo Fazendeiro, por ser incansável, pela disponibilidade, pela confiança e, sobretudo, por todos os debates que desataram os nós que ia tecendo.

Ao Hugo Lopez, por me receber de braços abertos, por me ajudar a encontrar uma casa a 7 611 Km de casa, por me permitir desvendar as matas de café que serviram de pano de fundo a este trabalho.

Ao Pedro, à Mariana e a todos os meus amigos, por alimentarem a chama do pensamento com as conversas infundáveis em torno dos copos de vinho, pela paciência, por não me deixarem afundar num mar de dúvidas, resgatando-me sempre através da arte do saber escutar.

À minha família, por um *tudo* que não cabe em palavras.

A todos os produtores e produtoras de café que me presentearam com a sua presença, que partilharam comigo as suas experiências, angústias e sonhos.

A todos os que cruzaram comigo nesta aventura que é a vida....

Um obrigada por me fazerem acreditar.

*Projeto de investigação financiado por uma bolsa de mestrado da Tokyo Foundation for
Policy Research*

RESUMO

Este trabalho procura examinar criticamente o impacto de choques externos no vigor de uma guerra interna. Os conflitos prolongados caracterizam-se, entre outros fatores, por variarem em intensidade ao longo do tempo e por estabelecerem uma complexa rede de ligações transnacionais. Desta forma, a conjuntura internacional influencia as dinâmicas de violência endêmica. O comércio, os termos de troca e as estruturas de governação supranacionais podem potenciar os fatores endógenos que alimentam os confrontos. Assim, iremos observar em que medida os choques de preço negativos no mercado do café interagem com as decisões microeconómicas dos pequenos produtores e com o tecido social nas comunidades rurais. Ao mergulhar no estudo de caso da produção de café na Colômbia, este projeto visa analisar de que forma as variações de preço deste bem primário influem na intensidade da violência nas regiões produtoras. De forma a explorar este tema e ilustrar de que maneira as condições socioeconómicas produzidas por um determinado modelo de gestão e comercialização dos recursos são um fator importante na análise dos conflitos, o presente trabalho baseia-se em metodologias qualitativas, que incluem trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e observação participativa na Colômbia. Revela-se importante reforçar a resiliência e empoderar as comunidades locais para que estas consigam fazer face à choques externos. No entanto, este processo apenas será eficaz para uma transformação dos conflitos, se for acompanhado de medidas de segurança social a nível nacional e de um quadro internacional que submeta os imperativos económicos às necessidades locais.

Palavras chave: Conflito prolongado, Colômbia, recursos pelos quais vale a pena lutar, violência.

ABSTRACT

This dissertation aims to critically examine the impact of external shocks in the course of an internal war. Protracted social conflicts are characterized, among other traits, by their variable intensity over time and by establishing an intricate network of transnational links. Thus, international conjuncture affects the dynamics of endemic violence. Commerce, the terms of trade and the government structures can enhance the endogenous elements that power the confrontations. By plunging into the case study of the coffee production in Colombia, this project intends to analyze in what way the price variations of this primary good impact the severity of the violence in the producing regions. In order to explore this topic and illustrate how the socio-economic conditions created by a given management and trading model are an important factor in feud scrutiny, this study is based on qualitative methods that include field research, semi-structured interviews and participant observation in Colombia. The reinforcement of the resiliency and the empowerment of the local communities prove to be essential in the way they face external shocks. However, this process will only be efficient in the positive transformation of the conflicts if it is followed by nationwide social security actions and by an international framework that subordinates the economic imperatives to the local needs.

Keywords: Protracted social conflict, Colombia, lootable resources, violence.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

SI	Sistema Internacional
OMC	Organização Mundial de Café
FNC	Federação Nacional de Cafeteiros
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
ICA	Acordo Internacional de Café
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
APECAFEQ	Associação de Pequenos Produtores de Quinchía
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
ELN	Exército de Libertação Nacional
PND	Plano de Desenvolvimento Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Comité de Oxford para o Alívio da Fome

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Mapa de deslocamentos forçados devido ao conflito (1996-2012). Fonte: GMH.
..... 28
- Figura 2** Evolução do preço internacional do café (USd/Lbs) nos últimos 20 anos.
<https://tradingeconomics.com/commodity/coffee>..... 31
- Figura 3** Evolução do preço pago ao produtor na Colômbia e do preço de venda em loja em Portugal. Gráfico construído com base em dados consultados no site da Organização Internacional de Café..... 34
- Figura 4** Distribuição dos rendimentos do café ao longo da cadeia de valor. Tabela construída com base nos dados presentes no livro "Grounds for Agreement: The Political Economy of the Coffee Commodity Chain" (2004), de John Talbot. 43
- Figura 5** Evolução do lucro do produtor em função do preço de venda de cada carga de café. 63

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. CHOQUES “EXTERNOS” E CONFLITOS “INTERNOS”	10
2.1 Conflitos prolongados: uma rede de ligações transnacionais	13
2.2 Recursos pelos quais vale a pena lutar	17
2.3 Comunidades fragilizadas, comunidades expostas.....	22
2.4 Metodologia.....	25
3. O CAFÉ NO SISTEMA INTERNACIONAL	30
3.1 O comércio do café para lá da lógica de mercado.....	32
3.2 Economia campesina e economia de mercado: Diferenças e tensões	35
3.3 Acordo Internacional de Café: Os limites da cooperação num sistema competitivo	39
3.4 Liberalização: Medidas paliativas para problemas estruturais	42
4. O COMÉRCIO DO CAFÉ E O CONFLITO NA COLÔMBIA.....	49
4.1 Viver d(a) terra: As raízes e prolongamento do conflito colombiano.....	50
4.2 As estratégias dos grupos armados	52
4.3 A liberalização do mercado do café e o conflito: Fragilização económica e social do campo	58
4.3.1 As zonas produtoras de café isoladas da violência	59
4.3.2 Descida dos preços e intensificação da violência	60
4.3.3 Degradação do tecido social e intensificação da violência.....	66
5. CONCLUSÃO: O CAFÉ E A CONSTRUÇÃO DA PAZ	74
BIBLIOGRAFIA	81

“Hay algo de magico en el café”

Ivan Velasco
(Assessor técnico da Associação de Pequenos Produtores de Quinchía)

*“Mi tierra ya no es mi tierra. / (...) / Ahora soy un nómada, una planta sin raíces,
un hombre sin nombre y sin memoria”*

Darío Jaramillo / Poema: Monólogo de alguien sin voz

1. INTRODUÇÃO

Os conflitos prolongados, pontuados por erupções esporádicas de violência, são consequência das estruturas de desigualdade e de dinâmicas de exclusão política e económica (Azar, Jureidini, and McLaurin 1978). Estas causas estruturais passam por vezes despercebidas, face aos interesses económicos evidentes dos atores que conseguem lucrar com os conflitos. Estes possuem dimensões económicas vincadas, constituindo um meio para que determinados grupos prossigam os seus interesses e objetivos particulares (Collier 2000).

Neste sentido, alguns autores chegam a afirmar que a mera existência de recursos pelos quais vale a pena lutar, por serem facilmente exploráveis e transacionáveis, constitui a principal motivação dos grupos armados que se enfrentam (Collier 2000). No entanto, esta análise parece demasiado simplista, na ausência de um olhar complementar sobre os modelos de gestão dos recursos (Roy 2018), a estrutura da economia (Humphreys 2005), bem como a qualidade das instituições governamentais (Snyder 2006).

Este trabalho visa explorar as ligações existentes entre a exploração de recursos primários¹ e a intensidade de um conflito prolongado. A relação causal entre a existência de recursos naturais e a violência é suportada por diversos argumentos: a existência destes bens aumenta os benefícios inerentes à captura do Estado; os grupos armados podem financiar-se através da sua comercialização; as estruturas do Estado são mais fracas e corruptas em economias dependentes de recursos naturais, e as economias que dependem destes produtos estão mais suscetíveis a choques comerciais e monetários (Humphreys 2005).

A ideia de que a existência de recursos naturais é uma *maldição* para os países produtores tornou-se bastante popular na literatura sobre os conflitos (Le Billon 2009; Collier 2000; Fearon 2007; Humphreys 2005). Ainda assim, nem sempre a existência de recursos pelos quais vale a pena lutar² se traduz numa intensificação da violência, sendo que esta

¹ Materiais não processados que são extraídos ou cultivados.

² Tradução do conceito *lootable resource*. Alguns autores, como Paul Collier, consideram que todos os recursos naturais constituem recursos pelos quais vale a pena lutar. De maneira geral, o conceito abarca os

potencial causalidade depende da natureza do bem e do sistema de extração existente (Montero and Snyder 2002).

Qualquer análise dos conflitos deve abarcar a ideia de que a mudança é sempre composta por diferentes atores, estratégias e escalas (MacGinty and Richmond 2013). Num sistema de fluxos económicos globais, de redes e relações dispersas, de multiplicidade de plataformas e meios de produção, importa estudar as sinergias existentes entre diferentes níveis de análise. Os conflitos prolongados são complexos, persistentes e duradouros, variando em intensidade ao longo do tempo (Azar et al. 1978). Assim, um estudo centrado exclusivamente nos seus atores internos e nas causas endógenas revela-se insuficiente.

Desta forma, ao longo deste projeto foi adotado um método faseado e multinível, que permite desvendar as relações existentes entre a estrutura económica internacional e a violência a nível local. Os processos que se manifestam localmente são produto de negociações sociais constantes entre ideias, normas e práticas, localizadas e não-localizadas. Assim, os conflitos estão inseridos numa rede geograficamente dispersa, transversal e transnacional (MacGinty & Richmond, 2013).

Partindo deste pressuposto, que serve de base às pautas teóricas da viragem local e da paz híbrida, tentamos compreender de que forma os determinantes económicos internacionais impactam os rendimentos dos produtores e a estabilidade social e económica das comunidades rurais. Iremos verificar de que forma determinados modos de produção, comercialização e governação, interagem com as decisões microeconómicas dos produtores de recursos primários, bem como com a qualidade das organizações e do tecido social a nível local.

Os modelos de governação são um tema central deste trabalho, porque as instituições formais e informais definem uma panóplia de regras e procedimentos, a partir dos quais os direitos económicos são alocados e assegurados, sendo que este quadro determina a natureza da competição e se esta pode degenerar num conflito. A competição pode tornar-se um princípio negativo visto que favorece determinados grupos em detrimento de

bens não manufacturados, que podem ser explorados e transportados facilmente, podendo representar uma motivação e um meio de financiamento para grupos armados.

outros, alimentando desequilíbrios e tensões em sociedades fragmentadas, sem instituições capazes de assegurar a mediação (Solón, 2019).

De modo a estudarmos estas dinâmicas, utilizaremos o estudo de caso do cultivo de café na Colômbia. Iremos abordar especificamente os bens primários com custos de produção elevados e transacionados em mercado aberto, sendo que existem poucas análises com foco na produção agrícola em contexto de conflito prolongado (Muñoz-Mora 2010). O café tem uma importância económica particular para as comunidades rurais na Colômbia, sendo também uma atividade de valor cultural que estimula redes de cooperação e entreajuda.

Assim, procuraremos responder criticamente a duas questões centrais: *De que forma a degradação do tecido socioeconómico em meio rural pode contribuir para uma intensificação da violência? Pode o café contribuir para uma atenuação do conflito ao contrário do que acontece com outros bens primários exportáveis?*

A análise aponta para que o cultivo de café possa contribuir para uma transformação positiva do conflito na Colômbia. No entanto, para que tal aconteça, este deve ser aliado a uma estratégia de desenvolvimento agrário que modifique a forma como os rendimentos são distribuídos ao longo da cadeia de valor e crie propostas associativas em meio rural – cooperativas de produção, cooperativas de participação estatal, empresas de inovação social -, de maneira a desenvolver uma estrutura produtiva que seja sustentável a nível social e ambiental e que responda às necessidades da população a nível local (Jimenez 2017).

Os atores locais são constringidos e moldados pelas estruturas institucionais, mas também têm o poder e a oportunidade para as desafiar (MacGinty & Richmond, 2013; Jimenez, 2017). Importa analisar esta tensão permanente, de forma a perceber como é que os determinantes económicos, mediados pela governação política, impactam a intensidade da violência. O caso do café revela-se um exemplo pertinente para aprofundar este tema, dada a importância deste bem para a construção social e política da Colômbia após a sua Independência, em 1830. O cultivo de café foi difundido no país a partir da década de 1880, tendo contribuído para o desenvolvimento económico, social e institucional (Machado 1990).

O café espalhou-se rapidamente por diferentes regiões e foi impulsionador de uma verdadeira economia nacional, ao contribuir para gerar rendimentos e emprego (Carbó 2012). Em 1997, por exemplo, o setor do café gerava 30% dos empregos em zonas rurais (Dube and Vargas 2013). Para além de a produção de café ser uma das principais atividades económicas da Colômbia, ela é também uma prática cultural, sendo que a maior parte dos cultivos se realizam em minifundiários que passam de geração em geração. Assim, esta atividade tem uma grande influência na estabilidade económica e social da Colômbia (Manizales 2017). Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 560 000 famílias dependem deste setor, e 96% delas possuem uma quinta, ou *finca*, com menos de 5 hectares (PNUD 2015).

O conflito interno na Colômbia estende-se desde 1964, aquando a formação de guerrilhas de esquerda que antecederam outros grupos armados com objetivos distintos (Rettberg, Leiteritz, and Nasi 2014). Contudo, a violência e as disputas pelo controlo do território e dos recursos remontam ao período da independência política e da tentativa de consolidação do Estado. A história deste país é composta pelos percursos de diferentes grupos que capitalizam as redes sociais existentes e estabelecem práticas predatórias para atingir fins específicos (Cox 2008).

Neste contexto de competição, potenciada pela privatização da violência a nível do Estado e pela fragilidade das instituições democráticas, as populações locais mais vulneráveis são sistematicamente fragilizadas. Neste país, profundamente agrário, os *campesinos*³, dependentes da comercialização de recursos naturais, são duplamente expostos a uma condição de violência: a que vem das armas e da coerção por parte dos grupos armados; e a que vem da estrutura económica injusta que não fomenta condições socioeconómicas dignas.

Assim, através do estudo de caso do setor do café na Colômbia, este trabalho irá avaliar quais as interações existentes entre o mercado internacional e a violência interna. Para o efeito, iremos inferir de que forma as variações de preço do café influem sobre os

³ Pessoas que vivem (d) o campo, dedicando-se à produção agrícola de pequena escala, para consumo próprio ou para comercializar o excedente. Pessoas cuja herança cultural e produtiva vem da terra e que, conseqüentemente, têm um vínculo e apego a esta. Conceito reconhecido oficialmente pela Organização das Nações Unidas, em 2018.

rendimentos dos produtores e o tecido social em zonas rurais, que pode ser medido indiretamente através da qualidade e das competências das organizações democráticas locais. Assim, será possível averiguar sob que condições a produção de recursos primários pode auxiliar a atenuação de um conflito, servindo de veículo para melhor as condições de *vida no campo*.

Os choques de preço negativos no mercado de café podem intensificar a violência nas zonas produtoras ao criarem desemprego e ao degradarem a condição económica das famílias, diminuindo o custo-oportunidade⁴ de filiação a um grupo armado (Dube and Vargas 2013). De igual forma, a descida abrupta do preço de café, ao fragilizar as organizações comunitárias e o tecido social no campo colombiano, pode tornar estas zonas permeáveis aos interesses privados encabeçados por determinados grupos (Rettberg 2010).

De forma a verificarmos estes argumentos, iremos focar-nos no período de tempo que se estende desde o rompimento do sistema de quotas que regulava o setor de café, até aos dias de hoje. Isto porque o abandono dos mecanismos de regulação política do mercado, bem como outros fatores que se sucederam, geraram uma crise no setor e uma descida abrupta dos preços internacionais, que afetou a intensidade da violência nas regiões *cafeiculturas* na Colômbia (Dube and Vargas 2006; Rettberg 2010).

Os cultivos, como o café ou o algodão, são a principal fonte de rendimento para as populações em zonas rurais e são atividades fortes em mão-de-obra, sendo que os benefícios derivados da sua exploração são distribuídos pelas famílias e participam na criação de emprego. Logo, um aumento do preço destes bens pode até atenuar a violência, ao melhorar as condições socioeconómicas nas zonas rurais e reduzir o custo-oportunidade de filiação a um grupo armado (Dube and Vargas 2006; Rettberg et al. 2014).

Inversamente, uma descida do preço dos bens agrícolas pode exacerbar a violência, ao degradar as condições socioeconómicas das famílias em meio rural e ao fragilizar as organizações comunitárias. O café, apesar de ser um recurso primário, parece ser

⁴ Os indivíduos racionais fazem um balanço entre o que podem ganhar, os custos e os riscos associados à decisão de produzir ou de empreender por atividades predatórias e ilegais. Assim, se o emprego e os rendimentos das pessoas diminuírem, espera-se que haja mais crime. Se a mesma lógica for aplicada aos conflitos, assume-se que se os rendimentos das famílias e as oportunidades económicas decrescerem, existam mais incentivos para a filiação a um grupo armado (Bazzi and Blattman 2017).

percecionado como um fator de estabilidade social e não como um fator que aumenta o risco de conflito, por ser uma atividade económica que gera emprego e rendimentos e contribui para o fortalecimento das populações rurais.

Os autores que não estabelecem uma distinção entre os diferentes tipos de recursos primários, enfatizando a estreita relação entre a sua existência e a intensidade dos conflitos, caem na falácia de assumir que um aumento do preço dos mesmos, ao tornar a sua exploração mais apetecível, resulta sempre num incremento da violência (Collier 2000). Ademais, tendem a propor medidas que focam a necessidade do desenvolvimento industrial e do crescimento económico. Subjacente à maioria da literatura relativa aos recursos pelos quais vale a pena lutar, encontra-se a ideia de que os bens naturais são um fator de instabilidade política e social (Collier, 2000; Fearon, 2007; Humphreys, 2005).

No entanto, este trabalho sugere que os resultados destas propostas não são assim tão lineares quando é incluída uma análise mais profunda sobre o funcionamento dos mercados. A abertura ao comércio mundial e o foco no crescimento podem agravar a vulnerabilidade económica e política das populações e exacerbar lógicas de enriquecimento privado, intensificando a competição entre diferentes grupos pelo acesso à terra e aos recursos (Ojeda 2012). Assim, revela-se importante abranger um olhar mais detalhado sobre os mercados internacionais, geralmente desregulados, e a sua interação com as dinâmicas locais.

Por exemplo, Collier defende a desregulação dos mercados, para que estes se tornem mais diversificados e competitivos, evitando, desta forma, a criação de monopólios da informação (Collier 2000). No entanto, o processo de desregulação do setor do café teve como consequência uma maior concentração do mercado e a consolidação de grandes empresas com capacidade de controlar os fluxos de capital e de informação (Talbot, 2002). Por outro lado, os países produtores perderam a sua capacidade negocial, o que deixou o agricultor mais desprotegido face aos riscos (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019).

As políticas de abertura comercial focam-se numa ideia linear de progresso, em que as populações não têm o poder de decidir os determinantes económicos que estruturam a sua vida (MacGinty and Richmond 2013; Pugh 2005). A terra, considerada unicamente como fator produtivo, deve estar nas mãos de quem tem as condições para a tornar

produtiva, para a modernizar através do uso de máquinas e para extrair os seus recursos com vista à produção de mercadorias (Jimenez 2017). Contudo, as políticas de mercado livre parecem não garantir uma paz estável, e podem mesmo agravar problemas estruturais, como as desigualdades económicas, a pobreza e a existência de mercados negros (Pugh 2005). A venda das terras às grandes empresas de agro-negócio, por exemplo, desliga-as da sua função social⁵.

Este tipo de políticas, tais como a redução das despesas públicas e subsídios, desregulação, medidas para combater a inflação, etc., foram aplicadas a sociedades devastadas pela guerra civil durante o século XX, nomeadamente em países como Moçambique, Rwanda ou El Salvador. Em muitos destes casos, a importância dada à economia de mercado e à estabilização macroeconómica no período pós-conflito, contribuiu para a persistência de formas de *violência estrutural* potenciadas pela injustiça social (Duffield 2001; Galtung 1969; Selby et al. 2008).

Em El Salvador, paralelamente ao processo de paz, implementou-se um rigoroso programa de ajustamento estrutural e de estabilização económica. O setor agrícola saiu prejudicado e a sua parte no produto interno bruto diminuiu consideravelmente após o acordo que orientava a economia para os serviços e atividades extrativistas (Wood and Segovia 1995). Desta forma, grande parte da população migrou para as áreas urbanas. No entanto, este êxodo apenas fomentou a criminalidade e o desenvolvimento de mercados negros nas cidades (Hecht 2003).

Assim, nem sempre os processos de abertura ao comércio internacional e de urbanização garantem a estabilidade social. Inversamente, a valorização do meio rural e dos recursos primários pode potenciar a paz e ter um impacto social positivo, quando assente numa estratégia de desenvolvimento que se baseie na perspetiva local e vá para além dos indicadores de produtividade e rentabilidade (Jimenez 2017). Para desaprender a violência, há que aprender outras formas de viver e conviver.

⁵ O Decreto Lei 902 de 2017, que tinha por objetivo estabelecer medidas para facilitar a implementação da Reforma Rural Integrada para a paz, previa proteção e segurança jurídica das terras ou territórios ocupados por posse ancestral e/ou tradicional, visando o reconhecimento das terras de uso comunal das comunidades indígenas e *campesinas* (República de Colombia 2017).

Os argumentos e análises estão distribuídos por três capítulos e pela consequente conclusão. Ao longo do **Capítulo 2** iremos desenvolver o quadro teórico, bem como a revisão bibliográfica que serve de pano de fundo para os argumentos apresentados, construindo uma grelha de análise para os conflitos prolongados. Partindo da literatura relativa aos recursos pelos quais vale a pena lutar, iremos expor de que maneira as redes de comércio e os modos de governação internacionais moldam os determinantes sociais e políticos a nível local, afetando a intensidade dos conflitos.

Ao cruzarmos diferentes pautas teóricas, é possível aprofundar a questão do prolongamento dos conflitos, baseando a análise nas sinergias e relações que se estabelecem entre os diferentes níveis de análise. Ao complexificar o estudo relativo ao impacto dos recursos naturais nos confrontos, estabelecendo uma distinção entre diferentes tipos de bens e construindo uma visão crítica relativa aos modos de produção e comercialização destes produtos, este projeto procura complementar e enriquecer as teorias vigentes.

De seguida, no **Capítulo 3**, entraremos no estudo de caso, expondo, através da análise a fontes secundárias, a evolução histórica do mercado de café e das suas sucessivas estruturas de governação, de forma a compreender como é que o preço é estipulado e transmitido ao nível local. Complementando com as fontes primárias recolhidas, traçaremos ainda a importância social e cultural deste cultivo para as comunidades produtoras.

Assim, será possível começar a responder à questão: *De que forma as redes do comércio internacional de café impactam os produtores que o cultivam tradicionalmente?* Finalmente, estaremos em condições de observar, no **Capítulo 4**, de que forma as variações de preço do café, aliadas a um determinado modo de governação e produção, afetam a intensidade da violência a nível local, em contexto de conflito prolongado.

Por outro lado, de um ponto de vista empírico, poderemos depreender em que medida o modelo de crescimento económico escolhido por Bogotá interage com os objetivos estipulados no Acordo de Paz e é propício a uma transformação positiva do conflito. O modelo socioeconómico dominante caracteriza-se, entre outros, pela ausência de mecanismos de regulação política do mercado, pela canalização dos recursos para as redes de comércio mundial, e pelos processos de urbanização que provocam uma degradação do

tecido social no campo. Estas medidas podem agravar a vulnerabilidade económica e política das populações e exacerbar lógicas de enriquecimento privado, intensificando a competição entre diferentes grupos pelo acesso à terra e aos recursos (Ojeda 2012).

2. CHOQUES “EXTERNOS” E CONFLITOS “INTERNOS”

Os conflitos não podem ser dissociados da evolução histórica das sociedades humanas, dos processos políticos que estruturam o mundo, das relações interpessoais ou da vida em comunidade. Estes podem gerar um entendimento, ou culminar numa situação de guerra com vista a resolver uma disputa. Os conflitos armados estão, então, dependentes de um contexto específico, manifestando-se quando um determinado sistema sociopolítico não consegue gerar poder de forma legítima nem propor mecanismos de resolução de disputas eficazes. Por exemplo, se um Estado for incapaz de dialogar e negociar com setores mobilizados da população, será obrigado a usar formas cada vez mais violentas de controlo social para apaziguar as tensões existentes (Sanchez, 2006).

Para além disso, a violência é um fenómeno multidimensional, não se cingindo às facetas armada e física. O sociólogo e fundador da disciplina de estudos da paz, Johan Galtung, refere que esta se encontra presente sempre que os seres humanos são impedidos de realizar o seu potencial. Neste sentido, existem formas de violência imbricadas nas estruturas de poder desiguais, tendo como consequência padrões de exploração, marginalização e opressão⁶. Desta forma, é possível concluir que a paz não resulta da ausência de conflitos, mas da implementação de ferramentas emancipatórias com vista a conquistar justiça social (Galtung 1969).

O Sistema Internacional (SI) construído no pós-Guerra Fria, onde o poder assenta fundamentalmente na economia, parece ser marcado por estados de emergência e de crise permanentes (Negri and Hardt 2000). Este trabalho visa explorar de que forma, no presente contexto internacional, choques externos podem agravar a intensidade de um conflito a nível local. De que maneira a estrutura internacional, caracterizada pela predominância de uma lógica de mercado e de abertura ao comércio mundial, interage com as dinâmicas de violência endógenas?

⁶ O conceito de violência estrutural engloba a ideia de que certas estruturas e/ou instituições sociais prejudicam as pessoas, impedindo-as de suprir as suas necessidades básicas (Galtung 1969).

A literatura relativa aos *lootable resources* revela-se um ponto de partida interessante para estudar estas dinâmicas, sendo que relaciona a existência de bens primários para exportação com a intensidade dos conflitos, estabelecendo, desta forma, uma relação entre os mercados internacionais e as motivações locais. Ao longo deste capítulo, iremos analisar teoricamente os conflitos que se prolongam indefinidamente no tempo, para tentar compreender que fatores podem intensificar a violência nestes contextos.

Os conflitos prolongados, onde o nível internacional e local geralmente se confundem, ocorrem sobretudo em países que dependem fortemente da exportação de recursos naturais (Collier 2000). Assim, choques externos, como variações abruptas do preço destes bens, podem agravar os enfrentamentos. Estes fatores externos são acentuados por um modo de governação que retira poder ao nível local, deixando-o enfraquecido face aos determinantes internacionais que podem exacerbar o conflito.

Desta forma, iremos empregar uma análise faseada, que nos permitirá explorar as relações entre o nível internacional e o nível doméstico, para de seguida estudar de que maneira os choques externos, aliados a um determinado modo de governação, moldam as dinâmicas da violência. Iremos basear a nossa análise essencialmente na teoria crítica, optando por uma abordagem de economia política, pois esta permite analisar a produção e distribuição de poder, bem como os padrões de criação de riqueza e privação durante os conflitos.

A teoria crítica não visa apenas explicar e contextualizar determinadas dinâmicas sociais, mas também participar num processo de transformação e emancipação, afastando a fantasiosa ideia de neutralidade na pesquisa. Em primeiro lugar, procuramos compreender os fenómenos em questão, através de uma análise detalhada de estudos empíricos, reflexões filosóficas e outras fontes indiretas. De seguida, construímos as bases normativas para a prossecução de uma investigação crítica, baseada nas necessidades, desejos e aspirações das populações que vivem sob o sistema ou estrutura que é examinado. No seu ensaio, *Traditional and Critical Theory*, Horkheimer expõe as bases desta corrente de pensamento que procura estimular a mudança.

The critical theorist's "presentation of societal contradictions is not merely an expression of the concrete historical situation but also a force within it to stimulate change, then [the critical theorist's] real function emerges (p. 215).

No que toca à economia política, esta é uma corrente de pensamento interdisciplinar que combina análises económicas, sociológicas e de ciência política, de modo a estudar como é que as instituições governamentais, o sistema económico e os contextos políticos interagem entre si e se influenciam mutuamente. Adotando esta perspetiva, as relações jurídicas, bem como os modos de governação do Estado, não podem ser entendidos a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, devendo ser estudados à luz das *condições materiais da vida* (Marx 1973).

Por outro lado, o político - ou seja, as relações de produção que permitem a dominação de uma classe sobre as outras e sobre a Natureza - é constrangido e moldado pelas *condições materiais*, que são, por sua vez, mediadas pelo político. Isto porque a circulação e distribuição dos bens e do capital só existe como produto de uma *mediação* constante (Marx 1973). O quadro analítico de Marx presenteia-nos com um círculo que encapsula todas as relações sociais numa lógica de mercado.

O *desencastramento* da economia de mercado da sociedade, no sentido de Karl Polanyi (2001), pode potenciar a violência em contextos de conflito prolongado, onde as interações sociais se encontram fragilizadas e em crise (Azar et al. 1978). A expansão das economias de mercado pode ter efeitos nefastos para as populações mais vulneráveis, ao erodir as competências locais e ao subvalorizar lógicas de reciprocidade e cooperação. Neste sentido, este movimento é geralmente contrabalançado por iniciativas levadas a cabo por uma variedade de atores com vista a proteger o tecido social das forças potencialmente destrutivas do mercado (Polanyi 2001).

Assim, alguns autores sugerem que uma transformação positiva dos conflitos deve passar pelo estabelecimento de uma estrutura de governação dos recursos mais participativa e inclusiva (Roy 2018), pelo empoderamento das organizações locais (MacGinty & Richmond, 2013) e por um processo de democratização das esferas política e económica, que valorize uma pluralidade de estruturas e princípios (Laville, Young, and Eynaud 2015).

Como sugerem as metateorias supramencionadas, partiremos do pressuposto de que as relações criadas pelo sistema económico influenciam as estruturas governativas e as consequências políticas a nível doméstico e vice-versa. Deste modo, será possível analisar

as causas económicas que influem sobre a duração e a intensidade dos conflitos, examinando o quadro internacional onde a guerra se desenvolve.

2.1 Conflitos prolongados: uma rede de ligações transnacionais

As guerras prolongadas são conflitos que se estendem indefinidamente no tempo, com erupções de violência armada esporádicas que flutuam em frequência e intensidade (Azar et al. 1978). O académico libanês, Edward Azar, teorizou o conceito na sua análise ao conflito israelo-palestiniano, cunhando o termo *protracted social conflicts*. A sua duração deve-se não só à existência de recursos naturais que permitem alimentar economias de guerra, como também à ineficácia das estruturas nas quais se desenvolvem e aos modos de governação existentes (Azar et al. 1978).

As estruturas governativas podem, sob esta perspetiva, facilitar ou frustrar os esforços comunitários, moldando o curso dos conflitos. Ou seja, as instituições, ao se mostrarem incapazes de responder às necessidades das populações e de permitir a inclusão política das mesmas, podem agravar sentimentos de ressentimento, principalmente junto dos setores mais vulneráveis e sujeitos a discriminação e pobreza. A frustração pode levar a erupções de violência dentro dos Estados, o que provoca intervenções por parte de outros atores, complicando ainda mais a distinção entre as diferentes partes envolvidas (Azar and Farah 1981).

Anos mais tarde, Mary Kaldor refere-se aos conflitos que apresentam estas tendências como “*novas guerras*”, de forma a conceptualizar os “*conflitos internos*” que proliferavam no pós-Guerra Fria (Sandole 2013). As chamadas “*novas guerras*” são caracterizadas por serem conflitos mais ou menos permanentes para aceder a recursos e posições de poder (Kaldor 2012). Alguns autores analisam estes conflitos como uma forma moderadamente deliberada de redistribuir poder e recursos no pós-Guerra Fria (Duffield 2001).

Ao contrário das guerras clássicas, estas constituem essencialmente conflitos internos onde diferentes grupos lutam pelo controlo do território e dos recursos, - dado que o Estado não detém o monopólio da violência - e desenvolvem várias práticas criminosas de enriquecimento privado, estabelecendo, desta forma, economias de guerra (Kaldor, 2012). Apesar de se cristalizarem enquanto guerras civis, estabelecem-se e desenvolvem-se

através de uma rede de ligações transnacionais, dificultando a distinção entre interno/externo ou local/global (Kaldor, 2012).

Estas situações de instabilidade permanente podem ser agravadas pelo SI (Duffield 2010), sendo que as estruturas internacionais económicas, políticas, tecnológicas, etc., se articulam com os conflitos internos e podem mesmo intensificá-los (Azar and Farah 1981). O comércio mundial liberalizado, e a subjacente globalização económica e financeira, extração massiva de recursos, incentivo ao consumo, etc., convertem o crescimento económico no único objetivo político e reduzem os conflitos sociais a tensões pela divisão de riquezas (Azam 2017).

Neste sentido, os eventos desestabilizadores podem servir para a legitimação e consolidação destas medidas, que se prendem com dinâmicas de acumulação de recursos e capital (Klein 2008). Sendo que os conflitos prolongados são extremamente sensíveis a mudanças nas estruturas sociais, as políticas de desenvolvimento e abertura ao comércio mundial podem atenuar ou intensificar a violência, dependendo das articulações específicas que se estabelecem a nível doméstico entre o poder económico e político (Azar and Farah 1981).

As chamadas “*novas guerras*” ocorrem em países considerados “*em desenvolvimento*” - ou sobre explorados no sentido de Michael Parenti⁷ -, com elevados níveis de desigualdade social e outros problemas estruturais que culminam em padrões de exclusão e marginalização. As dinâmicas e processos económicos da globalização, ao afetarem as condições sociais a nível local, servem de contexto aos fatores endógenos que potenciam a violência, devendo ser igualmente analisados (Sanchez, 2006).

Os conflitos prolongados inserem-se em estruturas de desigualdade, onde os níveis internacional e nacional se relacionam e retroalimentam, e pautam-se por erupções de violência que representam crises profundas nas interações sociais, tanto na esfera política

⁷ Argumento reterido do vídeo *Myth of Underdevelopment*, publicado no Youtube em 2007 e narrado pelo autor Michael Parenti. <https://www.youtube.com/watch?v=5eKMspN-7Co&t=88s> 2:27 min: “O subdesenvolvimento não é o resultado de uma condição histórica e originária, mas sim da sobreexploração”.

como económica (Azar and Farah 1981). Estes conflitos parecem constituir um espaço-tempo que permite a diferentes grupos prosseguir os seus objetivos específicos.

Na literatura, a relação entre pobreza e violência é já bastante explorada, apesar desta não ser evidente, desde já porque a pobreza é sempre definida a partir de um ponto de vista cultural. Por exemplo, as economias de subsistência, onde existe uma satisfação das necessidades básicas através do autoabastecimento, são percebidas como economias de pobreza e escassez, apesar de poder não existir qualquer forma de privação material (Shiva 2004).

Na verdade, a pobreza não implica necessariamente um maior risco de conflito. Por exemplo, na Índia contemporânea, foi a classe média que apoiou os partidos nacionalistas-religiosos e as suas medidas violentas (Selby et al. 2008). No entanto, num contexto pautado por formas de violência estrutural que deixam largas partes da população numa situação de marginalização e exclusão política, e em que existe uma dependência a um número limitado de recursos, os choques de preço dos bens exportáveis podem ser uma variável importante para compreender a intensificação de um conflito latente (Bazzi and Blattman 2017).

Em suma, o sistema socioeconómico vigente, produto de uma construção histórica e com raízes no tempo colonial, cria sentimentos de ressentimento que podem culminar em violência se forem exacerbados por um choque externo, como uma mudança nos termos de comércio internacional, ou mobilizados por determinados grupos (Goodhand 2012). Para lá de analisar quais os fatores que mais potenciam um conflito (Collier 2000), importa observar as sinergias existentes entre as diferentes motivações, entre os sentimentos de ressentimento e de ganância, de forma a compreender como estes se articulam com a estrutura internacional.

Quando as populações são confrontadas a uma situação de exclusão e segregação prolongada, e na ausência de um sistema capaz de providenciar oportunidades básicas, tais como acesso a um nível básico de educação, a violência pode tornar-se uma ferramenta de sobrevivência que permite uma forma de adaptação face a situações de privação (Sanchez, 2006). Ademais, a estrutura das desigualdades não pode manter-se sem determinadas

formas de violência e repressão institucional, asseguradas por um aparato militar (Aguilar-Forero and Muñoz 2013).

As camadas mais jovens são particularmente afetadas por esta violência estrutural que se manifesta em falta de oportunidades, desemprego, marginalidade social e política, etc., e que irá afetar de forma diferente as pessoas de acordo com o seu grupo socioeconómico (Galtung 1969). Assim, estes fatores criam um contexto específico que pode motivar os jovens, especialmente dos setores populares mais empobrecidos, a juntarem-se a um exército irregular.

Estes podem apresentar diferentes motivações para se alistarem: presença do conflito na região onde vivem; procura de oportunidades; querer escapar a uma situação familiar pautada pelo abandono ou abuso, ou identificação com o modelo de guerrilha, em particular, com o estereótipo de masculinidade hegemónica (Aguilar-Forero & Muñoz, 2013). Deste modo, para alguns autores, como Paul Collier, a presença de um número elevado de jovens rapazes na sociedade, aliada a uma falta de investimento na educação, aumenta o risco de conflito (Collier, 2000).

Importa referir que o nível internacional se articula com o nível local ao facilitar a criação de ferramentas e oportunidades ou, por outro lado, ao impor obstáculos e constrangimentos. Por exemplo, quando vastos setores da população são excluídos da economia formal, os indivíduos necessitam de adotar outras estratégias para assegurar a satisfação das suas necessidades, através das *economias de sombra*, que representam os comportamentos económicos não controlados pelo Estado (Pugh, Cooper, and Goodhand 2004).

Estas não devem ser estigmatizadas como resultado de um comportamento económico criminal movido pela ganância porque, apesar das *economias de sombra* servirem os interesses e lucros de alguns empreendedores do mercado negro, representam também uma forma de sobrevivência para os setores mais vulneráveis da população (Selby et al. 2008). As atividades económicas não controladas ou regularizadas podem alimentar economias de guerra em caso de conflito. Neste contexto, o conflito permite que determinados grupos, nomeadamente grupos de jovens adultos armados, entrem no comércio de determinados recursos e comecem a lucrar com ele (Keen 2002).

No entanto, as economias de guerra não se cingem ao comportamento dos grupos armados irregulares, estando igualmente relacionadas com os níveis de governação nacional e internacional. A nível do Estado, este chega a ser capaz de encorajar e moldar os conflitos de modo a lucrar com a violência. As instituições governamentais podem ser minadas por pessoas que ocupam determinadas posições de poder para criar esferas lucrativas passíveis de serem exploradas através de privatizações.

Ao mesmo tempo, as instituições fracas, ou enfraquecidas, incapazes de oferecer protecção social à população, criam uma grande camada de pessoas sujeitas a uma condição de pobreza e, conseqüentemente, disponíveis para servir os interesses privados de quem conseguir canalizar os sentimentos de injustiça e oferecer melhores perspectivas socioeconómicas. No que toca ao nível internacional, as economias de guerra relacionam-se com este através da lavagem de dinheiro, especulação, venda de armas, etc. (Keen, 2002).

Neste sentido, parece que os fatores de ganância e ressentimento se articulam entre si, criando sinergias que se inserem num determinado contexto internacional que pode potenciar ou apaziguar estes fatores. A ganância, ilustrada nas análises de Paul Collier pelo desejo de captar riqueza através da predação de recursos, não está apenas presente nos comportamentos e motivações dos grupos rebeldes, mas também se manifesta ao nível nacional e internacional.

Para além disso, a lógica de ganância afeta sobretudo os quadros superiores dos grupos armados, não sendo suficiente para explicar as motivações de mobilização dos guerrilheiros comuns. Os ressentimentos, para além de serem mais difíceis de medir empiricamente, apenas culminam em violência quando são canalizados por uma organização que insira os sentimentos de injustiça a nível individual num contexto coletivo passado e futuro.

2.2 Recursos pelos quais vale a pena lutar

O comércio pode oferecer incentivos à violência, estabelecendo um meio que permite sustentar a continuação de um conflito, meio este que rapidamente se pode tornar num fim em si mesmo (Collier, 2000). Ou seja, a existência de recursos que podem ser facilmente

explorados aumenta a duração e intensidade de um conflito, uma vez que os grupos armados poderão estabelecer práticas predatórias para seu benefício e de forma a assegurar o seu financiamento. Estes podem produzir ou saquear bens, cobrar taxas e subornar os produtores ou bloquear as rotas e estradas para controlar a circulação dos produtos.

No entanto, ao contrário do que afirma Collier, não é a existência *per se* de recursos que podem ser facilmente explorados e comercializados que potencia um conflito, sendo importante considerar também as instituições extrativas existentes (Keen, 2002). *Os objetivos económicos dos grupos rebeldes ou paramilitares são importantes, mas sob que circunstâncias serão eles prosseguidos através da violência?* A forma como a existência de bens pelos quais vale a pena lutar interage com a intensidade de um conflito depende da natureza do recurso e também do modo de governação existente (Snyder 2006).

O conceito de *lootability*⁸ engloba os recursos que não necessitam de um grande esforço coordenado para serem saqueados e explorados. Várias dimensões permitem averiguar se um determinado recurso pode ser considerado um bem pelo qual vale a pena lutar: a facilidade de acesso e transporte; o valor do bem; o modo de produção e consumo; os fluxos financeiros ao longo da cadeia de valor; a distribuição geográfica; o carácter legal ou ilegal do bem, ou as práticas culturais associadas à sua produção (Le Billon 2009). Por exemplo, um recurso mineral, como o ouro, pode ser facilmente produzido, saqueado, extorquido e comercializado, sendo que o seu preço se elevava aos 500,000 USD/Kg nos anos 90. Já o café, um bem agrícola, pode ser considerado igualmente um recurso pelo qual vale a pena lutar, apesar de ser mais difícil de produzir e de o seu valor no mercado internacional ser menos elevado - 1,5 USD/Kg (Le Billon, 2009).

Segundo Paul Collier, os *lootable resources* equivalem aos produtos primários, ou seja, todos aqueles cuja produção não depende de complexas redes de informação e transações, como acontece no caso dos bens manufacturados (Collier, 2000). Assim, o autor coloca nesta categoria todos os bens primários sem distinção, sejam eles produtos agrícolas ou minerais. Contudo, dado que o autor não estabelece uma distinção entre os diferentes

⁸ Referente aos *lootable resources*, conceito traduzido neste trabalho por recursos pelos quais vale a pena lutar.

tipos de bens primários, a sua análise enfatiza demasiado a correlação entre a existência destes produtos e o risco de conflito.

Na verdade, nem sempre a existência de recursos pelos quais vale a pena lutar está relacionada com maior instabilidade política, sendo que a relação existente entre este tipo de produtos e a intensidade do conflito depende de outros fatores, nomeadamente da natureza do bem e do sistema de extração existente (Montero and Snyder 2002). No que toca à natureza do bem, nem todos se relacionam de igual forma com a intensidade do conflito, porque diferentes recursos constituem diferentes motivações para os grupos armados, e também reagem de forma distinta a variações de preço.

No caso das regiões produtoras de petróleo, a presença dos grupos armados deve-se à existência de um recurso que pode ser facilmente explorado, através, por exemplo, de furos em oleodutos, e cujos rendimentos podem ser controlados direta ou indiretamente, através de sequestros a políticos de forma a extorquir os lucros. Assim, um aumento do preço deste bem vai torná-lo ainda mais atrativo para os grupos armados, que vão aumentar a sua presença nas regiões produtoras. Esta relação também é válida para outros recursos minerais, tais como o ouro ou o carvão, sendo que um aumento do preço destes bens aumenta as vantagens relacionadas com a predação de recursos (Dube and Vargas 2013).

Contudo, existem teorias contraditórias, que afirmam que um choque de preço positivo no setor dos bens minerais pode também levar a conflitos menos intensos e duradouros, ao aumentar os rendimentos do Estado, que poderá investir mais em contrainsurgência e aumentar as suas capacidades militares e administrativas (Bazzi and Blattman 2017; Fearon 2007). Porém, importa referir que a militarização e securitização podem também agravar a violência (Sanchez, 2006). Se as instituições governamentais forem pouco legítimas, coesas e inclusivas, uma maior capacidade do Estado não se traduz necessariamente num conflito menos prolongado (Roy 2018).

No que toca aos bens agrícolas, as variações de preço vão afetar mais diretamente a gestão económica das famílias que do governo. Primeiramente, estes recursos estão sujeitos a poucas taxas, comparativamente com os minérios, sendo que os benefícios não são capturados pelo Estado. Em segundo lugar, como a agricultura é uma atividade intensa em

mão-de-obra, empregando uma grande parte da população que vive em meio rural, as variações de preço no mercado internacional vão ter um forte impacto sobre os rendimentos e as perspectivas futuras dos produtores (Dube & Vargas, 2013).

Esta situação agrava-se nos dias de hoje, devido à desregulação dos mercados de bens primários, empreendida a partir dos anos 80, que faz com que as variações de preço sejam rapidamente transmitidas ao nível do produtor (Talbot, 2002). Isto porque estes atores ganham uma pequena margem do preço final de venda do produto, devido aos custos de processamento e de transporte, ao excessivo número de intermediários na cadeia de valor, aos processos tecnológicos e à grande concentração de mercado ao nível das empresas retalhistas, o que resulta numa transmissão assimétrica. Neste sentido, um choque de preço negativo dos bens agrícolas pode provocar uma intensificação da violência, ao reduzir o custo-oportunidade de integrar um grupo armado (Dube and Juan F Vargas 2006).

Pelo contrário, uma subida de preço que se transmita ao nível dos agricultores e que fortaleça as capacidades locais, pode reduzir a violência, porque a criação de emprego, o aumento dos rendimentos dos produtores e o sentimento de segurança ao nível comunitário, podem fazer com que menos pessoas estejam predispostas a juntarem-se a um grupo armado ou a colaborarem, tanto por convicções políticas como por necessidade económica (Dube and Vargas 2013). Ou seja, esta análise permite perceber que as oportunidades e constrangimentos criados pelos mercados internacionais afetam os processos económicos, sociais e políticos a nível local, inclusive as dinâmicas de conflito armado e a sua intensidade (Rettberg 2010).

O modelo de extração existente também irá influenciar se vale a pena lutar por um determinado recurso ou não. Vita Roy identifica quatro categorias tipo relativas aos modelos de gestão de recursos em situações de pós-conflito, dependendo da maior ou menor distribuição de riqueza e da inclusão ou não de atores não-governamentais. Partindo do princípio que qualquer modelo posto em prática apenas irá servir para atenuar as tensões sociais caso tenha legitimidade perto da população e dos grupos mobilizados, o mais adequado para fomentar capacidades para a paz é, segundo a autora, o *transformativo*. O *modelo transformativo* postula uma gestão participativa e inclusiva dos recursos, bem como um forte investimento em bens públicos (Roy 2018).

Desta forma, esta opção poderia servir para valorizar o conhecimento e práticas locais, ao envolver e aumentar o retorno económico para as comunidades. No entanto, não existem transições transformativas bem-sucedidas. Apesar dos Acordos de Paz contemplarem, normalmente, a institucionalização dos grupos armados, o mesmo não acontece com os restantes grupos afetados pela guerra (Roy 2018). Desta forma, poderia revelar-se importante empoderar e incluir organizações democráticas locais nos processos de transformação dos conflitos, para que estas representem os interesses e necessidades dos grupos sistemicamente marginalizados e silenciados.

Tal como afirma a premiada economista Eleonor Ostrom, os recursos são geridos de forma mais eficaz pelos seus usuários e pelas pessoas que deles dependem, através de uma lógica cooperativa (Ostrom 1990). Como neste caso, são os próprios usuários a monitorizar e a gerir a produção, terão um maior incentivo para não degradar ou sobre explorar os recursos, para além de que as normas e regras das instituições serão mais legítimas, ao não serem impostas por uma autoridade exterior. Pelo contrário, um *modelo exclusivista*, baseado em lógicas de privatização, que favorecem o Estado e os grupos a ele filiados, em detrimento das populações, pode agravar fraturas sociais (Roy, 2018).

Caso os recursos sejam geridos através de uma autoridade estatal ou privada centralizada, o poder de tomada de decisão é separado daqueles que possuem o conhecimento situacional e a experiência. Simultaneamente, os custos e os inconvenientes dos processos extrativos são externalizados e distribuídos por diferentes grupos, afetando principalmente as populações que dependem desses mesmos recursos para satisfazer as suas necessidades (Shiva 2004). Por exemplo, face à privatização da indústria mineira e à ausência de uma entidade reguladora inclusiva, que represente os interesses das populações, estas ficam desprotegidas em casa de contaminação dos cursos de água com metais pesados. Neste caso, a economia extrativa gera riqueza que não é redistribuída a nível local e, ao mesmo tempo, provoca danos ambientais que são suportados pelas comunidades.

Concluindo, parece não ser a existência de bens primários *per se* que aumenta a intensidade de um conflito, mas sim um modelo de gestão dos recursos predatório, que participe numa lógica de acumulação por despossessão, em que os rendimentos não são redistribuídos e que não se baseie nas relações sociais pré-existentes. Por outro lado, um

modelo de gestão de recursos que valoriza o conhecimento e a agência locais, removendo constrangimentos, capacitando e empoderando indivíduos e comunidades, pode tornar um recurso pelo qual vale a pena lutar num recurso pelo qual vale a pena viver e trabalhar (Richmond 2007).

Desta forma, não importa unicamente analisar a existência de recursos naturais, sendo essencial compreender de que forma as condições sociais e económicas nas quais os recursos são produzidos, distribuídos e vendidos, tanto a nível local como internacional, afetam a maneira como um conflito armado se vai desenvolver em diferentes contextos regionais (Rettberg, 2010).

2.3 Comunidades fragilizadas, comunidades expostas

Tal como vimos anteriormente, nem todos os recursos potenciam um conflito, sendo que alguns podem mesmo contribuir para a estabilização social, económica e ambiental dos territórios. Contudo, o potencial alcance destes benefícios está circunscrito pelos modos de produção existentes e pela qualidade das instituições. A liberalização dos mercados e a abertura ao comércio mundial desregulado podem levar ao rompimento dos mecanismos de regulação e cooperação política entre países.

Neste sentido, os países produtores perdem o seu poder negocial e as organizações nacionais e locais são enfraquecidas face ao peso das estruturas supranacionais, com capacidade de controlar os fluxos de informação e capital (Hallam 2003). Este processo pode provocar uma intensificação da violência, dada a importância das organizações locais para a construção de um capital social positivo.

O capital social é um conceito amplamente utilizado, mas de difícil definição. Entendemo-lo como o conjunto de recursos relacionados com redes de relações duráveis de interconhecimento e inter-reconhecimento (Bourdieu 1980), que permitem às pessoas agir coletivamente (Woolcock and Narayan 2000). O capital social baseia-se na reciprocidade e num envolvimento ativo (Cox 2008), que se desenvolvem através de um processo interativo. Os conflitos violentos que se desenvolvem dentro dos Estados enfraquecem o seu tecido social, provocando divisões, enfraquecendo a confiança interpessoal e

degradando as condições necessárias à cooperação e à ação coletiva (Colleta and Cullen 2000).

A confiança interpessoal e institucional, bem como a filiação a associações, podem consolidar sentimentos de segurança ao nível das comunidades e ajudar nas transições pós-conflito (Cox 2008). Assim, vários autores referem a importância de valorizar e empoderar as organizações locais (Pugh 2005; Richmond 2007; Selby et al. 2008), de forma a atenuar tensões sociais (Woolcock and Narayan 2000). Contudo, importa distinguir entre capital social exclusivo e relacional. Enquanto o primeiro é específico a um determinado grupo, estabelecendo limites entre aqueles que são membros e os que não são, com vista a atingir objetivos particulares (Cox 2008); o segundo atravessa fronteiras entre grupos com identidades sociais diferentes, fomentando o contacto com o Outro, o que pode ser benéfico para uma maior aceitação e tolerância.

Tal como afirma Collier, os grupos armados podem apoiar-se no capital social para ultrapassar problemas de ação coletiva e organizar a mobilização (Collier 2000). Contudo, sendo que os objetivos do grupo precedem os da sociedade no geral, são incapazes de criar um capital social relacional e generalizado que construa pontes e diálogos entre diferentes atores (Cox 2008). Os conflitos prolongados degradam os sentimentos de confiança e a capacidade de mediação entre interesses contraditórios. Revela-se, então, importante fomentar e valorizar associações guiadas por interesses e objetivos sociais abrangentes, que possam participar no fortalecimento de laços entre diferentes grupos e na construção de coesão.

Num quadro de construção da paz ou de transformação de um conflito, as organizações locais podem exercer várias funções, tais como providenciar serviços, monitorizar respeito pelos Direitos Humanos, proteção, etc. (Cox 2008). No entanto, o mercado livre e a abertura ao comércio mundial, com o seu foco na intensificação e privatização da produção, pode degradar a capacidade organizativa das comunidades (Bernal 2016). Estas medidas são normalmente ditadas a partir das organizações internacionais e nacionais, que se tornam progressivamente homogêneas e articuladas em torno de rituais de conformidade, funcionando sob um mesmo *modus operandi* (DiMaggio and Powell 1983). Neste processo, os atores a nível local são considerados meros recipientes das regras que

emanam das instituições superiores, não tendo o poder de decidir sobre os determinantes económicos que estruturam as comunidades (MacGinty and Richmond 2013)

No entanto, a liberdade de decidir como são conduzidos os mercados está incluída na “Declaração para o Milénio” das Nações Unidas (2000). Na ausência de processos de tomada de decisão inclusivos e participativos, as comunidades e os indivíduos ficam sujeitos aos imperativos do mercado, devendo adaptar-se de forma constante (Duffield 2010). Sem o desenvolvimento de agência local, que capacite e empodere os indivíduos e as comunidades, para que estes possam negociar e desenvolver projetos e formas de segurança que se adequem às suas necessidades específicas, a violência poderá ressurgir com mais intensidade a cada choque externo (Richmond 2007).

As redes transnacionais que influenciam as dinâmicas sociais e políticas domésticas assemelham-se mais a complexas relações de dependência económica estruturada, que a padrões de interdependência e cooperação (Selby et al. 2008). Ao compreendermos de que forma os diferentes níveis de análise se articulam, abre-se espaço para imaginar uma nova economia política internacional, que facilita a atenuação da violência a nível local, ao invés de a exacerbar. As formas de opressão, dominação e hegemonia dificultam a transformação positiva dos conflitos. Neste sentido, importa pensar uma economia mais plural, em que os níveis local, nacional e global se articulem em pé de igualdade, promovendo não só princípios de mercado, como de reciprocidade e redistribuição (Polanyi 2001).

A precarização da vida, a degradação das condições socioeconómicas das populações mais vulneráveis, aliadas uma falta de “poder de” agir sobre o mundo, podem motivar a violência ao criar ressentimentos face a uma estrutura injusta e desigual (Azar and Farah 1981), ou ao gerar situações de privação que levam as pessoas a considerar juntar-se a um grupo armado para suprir as suas necessidades (Dube and Vargas 2013).

Assim, podemos identificar as principais causas que explicam a duração e a intensidade de um conflito armado, nomeadamente: um sistema socioeconómico assente em princípios de privatização e competição, que cria padrões de exclusão e marginalidade, fomentando sentimentos de ganância e ressentimento que podem ser canalizados por determinados grupos; e a existência de recursos naturais geridos através de um modelo extrativo que não

redistribui os benefícios inerentes à produção e à exportação e que destrói as redes e organizações sociais dotadas de importantes funções de estabilização e coesão.

2.4 Metodologia

Iremos, agora, mergulhar no estudo de caso que vai permitir elucidar a forma como a estrutura internacional interage com as dinâmicas de violência a nível local. O caso do mercado do café na Colômbia assume-se como um exemplo pertinente para analisar como é que os determinantes económicos, mediados pelas estruturas de governação, influenciam a intensidade da violência em contexto de conflito prolongado. O setor do café na Colômbia é um caso paradigmático, uma vez que este recurso é produzido por comunidades que vivem num meio rural fragilizado por décadas de conflito, estando expostos a formas de violência estrutural, assim como a formas de violência direta por parte de grupos armados.

O mercado de café sofreu um processo de liberalização que parece colocar os produtores numa situação de grande instabilidade, que se reflete na grande volatilidade dos rendimentos e no enfraquecimento do poder das organizações locais. Desta forma, iremos estudar em que medida os choques de preço no mercado do café, inseridos num determinado quadro de governação, afetam as duas variáveis selecionadas, de forma a descortinar tendências mais abrangentes sobre a estrutura económica internacional e a violência interna.

Para além da revisão da literatura e da análise a fontes indiretas, esta investigação possui uma forte dimensão de trabalho de campo, sendo que foram usadas metodologias qualitativas, tais como entrevistas semiestruturadas a produtores de café na Colômbia e observação participativa. Esta combinação de diferentes métodos permite construir um quadro de análise fundado e construído a partir da realidade local que pretendemos estudar. Esta abordagem é útil e holística, sendo que contempla diferentes dimensões e metodologias. A recolha de informações foi realizada ao longo de três meses, entre setembro e novembro de 2019.

Todas as visitas e entrevistas realizadas junto dos produtores de café foram proporcionadas pela empresa social Innovakit, que acompanhou o trabalho de campo. A Innovakit é uma empresa social que providencia serviços e produtos de forma a empoderar os produtores

no sentido de estes produzirem um café de maior qualidade, de fortalecerem a sua produção e de ganharem um melhor acesso ao mercado. Neste sentido, foi possível observar de perto a forma como as organizações não-governamentais interagem com os produtores de café, e os limites e potencialidades que podem ser explorados no sentido de melhorar as condições de vida destas populações.

Segundo Muhammad Yunus (2019), as empresas sociais são formas de empreendedorismo que não geram dividendos e cujo objetivo principal é a resolução de um problema social e não a acumulação indefinida de capital. As empresas sociais são estruturas híbridas por definição, pois esbatem as linhas entre lucrativo e não-lucrativo, entre local e internacional, misturando uma dimensão voluntária com uma comercial. Todos os produtores entrevistados ao longo do trabalho já conheciam a empresa Innovakit, que proporcionou os contactos e acompanhou o processo de recolha de informação. Desta forma, foi possível criar um ambiente propício para a condução de conversas partindo de uma base de confiança e reconhecimento mútuo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a partir de um formulário que inclui questões quantitativas e qualitativas. As perguntas quantitativas servem para averiguar de que forma a introdução de tecnologias, a formação e apoio por parte de organizações não-governamentais, podem auxiliar os produtores a venderem o café a um preço mais elevado, aumentando os seus rendimentos para lá da linha de pobreza. Em segundo lugar, as perguntas qualitativas permitem apurar empiricamente o sentimento de segurança económica e social dos cafeicultores. Desta forma, será possível consolidar e validar a informação derivada da literatura e identificar tendências abrangentes relativas ao mercado de café e à sua interação com as dinâmicas do conflito.

As entrevistas semiestruturadas possuem a vantagem de se desenrolarem em torno de um formulário que se foca nos principais temas de análise, enquanto são suficientemente abertas para que os entrevistados possam expressar a sua opinião e tocar nos assuntos que mais consideram relevantes, afirmando as vantagens de uma abordagem mais etnográfica para a criação do conhecimento científico.

Ao longo do trabalho de campo foram realizadas 89 entrevistas a produtores de café, distribuídos por sete departamentos colombianos, nomeadamente: Risaralda, Cauca, Narino, Cundinamarca, Meta, Tolima e Boyacá. O fato de termos recolhido testemunhos

de produtores de diferentes regiões enriquece a pesquisa, uma vez que, apesar de todos os territórios partilharem a presença de cultivos de café, variam na sua relação com o conflito.

O departamento de Risaralda foi bastante afetado pela guerra, uma vez que é rico em recursos minerais como ouro ou carvão. Apesar dos grupos armados já não estarem tão presentes, a exploração destes bem continua a colocar problemas aos agricultores e às comunidades indígenas locais. Por exemplo, as concessões realizadas a empresas estrangeiras para a abertura de minas de ouro, tem um impacto negativo nos cursos de água que alimentam os cultivos.

Os departamentos de Cauca e Nariño são dos mais afetados pelo enfrentamento atualmente, devido à sua localização geográfica. Estas regiões são muito férteis e montanhosas, o que facilita a presença de grupos armados. Para além disso, localizados no sudoeste do país, fazem fronteira com o oceano pacífico, de onde partem as rotas comerciais que permitem escoar os recursos produzidos ou saqueados.

Por outro lado, os departamentos de Cundinamarca e Boyacá foram moderadamente afetados pelo conflito, por estarem mais perto da capital, Bogotá. Finalmente, Meta e Tolima constituem também duas das regiões mais afetadas, como é possível observar nos mapas que mostram a incidência regional do conflito.

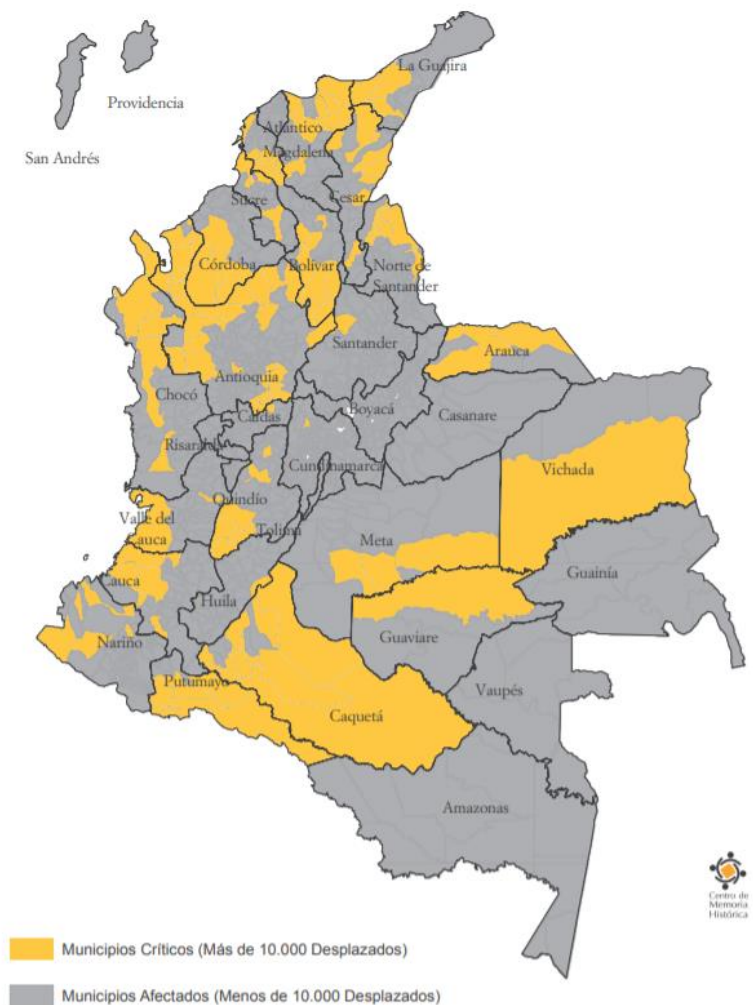


Figura 1 Mapa de deslocamentos forçados devido ao conflito (1996-2012). Fonte: GMH.

Os produtores entrevistados apresentam uma média de idades de 54 anos, o que está de acordo com os dados oficiais que apontam para uma idade média dos produtores de café de 50 anos (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019).

Pretende-se, através do estudo de caso selecionado, analisar criticamente a produção de recursos agrícolas inserida num meio social fragmentado e debilitado por um conflito armado. O comércio do café, do qual dependem muitos trabalhadores rurais na Colômbia, pode potenciar capacidades para a paz, ao providenciar um sentimento de segurança económica e ao fomentar organizações capazes de recriar tecido social. Contudo, o comércio pode também exacerbar situações de instabilidade e desequilíbrios que podem culminar numa intensificação da violência.

O Capítulo 3 detalha as dinâmicas do mercado internacional do café, através de uma análise a fontes indiretas. Os dados relativos aos preços internacionais de café foram recolhidos através de documentos oficiais, principalmente da Organização Mundial de Café (OMC) e da Federação Nacional de Cafeteiros (FNC). As informações foram ainda comparadas e verificadas à luz das entrevistas realizadas com os produtores. Estas servem também para enquadrar e compreender a forma como o mercado internacional interage com as populações que vivem em meio rural.

De seguida, ao longo do Capítulo 4, aprofundamos o estudo de caso, analisando o conflito colombiano em meio rural e a maneira como este se articula com as vidas dos produtores afetados por décadas de violência. Este Capítulo prático baseia-se essencialmente nas fontes diretas obtidas pelo trabalho de campo, que pretendem corroborar as teorias estudadas, nomeadamente o argumento de que um choque de preço negativo no mercado do café pode intensificar dinâmicas de violência nas regiões produtoras (Dube and J F Vargas 2006; Rettberg 2010).

3. O CAFÉ NO SISTEMA INTERNACIONAL

Dada a importância de contextualizar a produção de café, de forma a compreender a sua relação com o conflito prolongado na Colômbia, começaremos por analisar as tendências e evoluções do mercado deste bem primário. O café é o produto dos trópicos mais comercializado a nível internacional, sendo que 80% da produção mundial deriva da pequena agricultura (Amrouk 2018). Uma das características do mercado de café é a separação geográfica entre a oferta e a procura, pois a produção restringe-se às regiões subtropicais do globo, enquanto o consumo está concentrado essencialmente na Europa ocidental, na América do Norte e no Japão (Pieterse and Silvis 1988). Desta forma, o comércio do café parece ser um bom exemplo para expor as relações Norte-Sul no Sistema Internacional.

Para grande parte dos países produtores, o café representa um dos principais bens de exportação, constituindo um motor económico importante para gerar rendimentos e emprego nas zonas rurais (Amrouk 2018). Nestes países, a importância do café vai para além da esfera económica, afirmando-se igualmente a nível social e cultural. Contudo, os benefícios que podem advir da produção e comercialização deste produto, e que contribuem para uma melhoria das condições socioeconómicas dos agricultores, são limitados pelos preços baixos do café a nível internacional e pela volatilidade do seu mercado.

O mercado de café está sujeito a desequilíbrios cíclicos entre oferta e procura (Hallam 2003). Segundo estudos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as consequências de um choque de preço negativo no mercado do café persistem durante nove anos (Hallam 2003). Com vista a estabilizar os preços, várias estratégias foram postas em prática pelos países produtores e pela comunidade internacional ao longo das décadas.

Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, países como a Colômbia e o Brasil, controlavam as suas exportações para manter ou aumentar o preço do café (Akiyama et al. 2001). As associações de produtores quase-governamentais, comuns na América Latina, faziam o *marketing* e comercialização da produção (Pieterse and Silvis 1988). Nos anos 60 e 70, a

estabilização do mercado internacional foi conseguida através de sistemas de quotas às exportações, acordadas entre países produtores e consumidores (Bernal 2016). O fim deste mecanismo levou a uma crise no setor, entre 2000 e 2004. O mercado de café e os seus subsectores começaram, então, um processo de liberalização no início dos anos 90 (Akiyama et al. 2001). Iremos, de seguida, expor as causas e problemáticas associadas a estas evoluções.

O preço internacional do café tem diminuído de forma constante desde 2011, o que reaviva as memórias da última crise do setor. Em 2001, os preços reais do café atingiram mínimos recorde, não voltando a recuperar nos anos seguintes (Hallam 2003). Sendo que o setor foi liberalizado, levando à abolição de medidas estabilizadoras, o preço internacional do café é rapidamente transferido até ao nível local (FAO 2017). Os rendimentos dos produtores de café diminuíram em média 10% no ano de 2018 (FAO 2017).

Segundo a Organização Internacional do Café, a descida do preço deste bem agrícola afeta diretamente entre 20 a 25 milhões de famílias nos países produtores, aumentando os níveis de desemprego e de pobreza nas zonas rurais (Hallam 2003). Ou seja, as flutuações de preço dos bens agrícolas no mercado internacional parecem afetar as dinâmicas económicas, sociais e políticas a nível local.

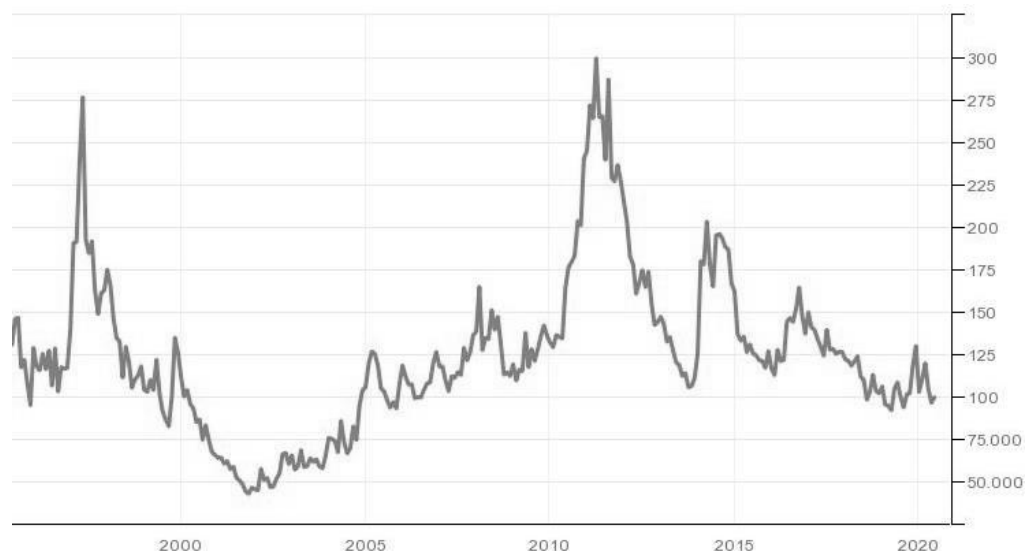


Figura 2 Evolução do preço internacional do café (USD/Lbs) nos últimos 20 anos.
<https://tradingeconomics.com/commodity/coffee>

Assim sendo, a volatilidade dos preços pode também moldar e contribuir para o agravamento da violência em contexto de conflito prolongado. Por exemplo, na Colômbia, durante a crise do café (2001-2004), registou-se um aumento da intensidade do conflito armado nos municípios produtores (Dube and Juan F Vargas 2006). Simultaneamente, observou-se um aumento da má nutrição e do número de pessoas a viver abaixo do nível de pobreza nessas mesmas regiões (Amrouk 2018). Estes dados parecem indicar que existe uma possível causalidade entre a degradação das condições de vida dos agricultores e a incidência de violência.

Antes de avaliarmos esta possibilidade, iremos focar a análise no mercado do café, para averiguar de que forma os preços são estabelecidos a nível internacional e como se transmitem aos produtores. Neste capítulo, serão abordadas as dinâmicas de oferta e procura que caracterizam o setor; as características da agricultura familiar e *campesina*; as diferentes formas de regulação de mercado postas em prática ao longo das décadas, bem como as tendências atuais que pautam o comércio do café.

3.1 O comércio do café para lá da lógica de mercado

A descida do preço do café nas últimas décadas deve-se a diferentes fatores, tais como a emergência do Vietnã como principal produtor e exportador, a exploração do poder de mercado pelas indústrias retalhistas e de torrefação, a liberalização dos mercados domésticos, etc. (Hallam 2003). Para além destas explicações, é de notar, em primeiro lugar, que o mercado do café enfrenta desequilíbrios cíclicos entre oferta e procura (Pieterse and Silvis 1988). Desde já, o café é um bem agrícola, sendo difícil controlar a sua produção, que está dependente de condições climáticas favoráveis (Manizales 2017). Por exemplo, o fenómeno natural “La Niña”, que afeta de forma cíclica as regiões intertropicais e equatoriais do globo, e é caracterizado por períodos de fortes chuvas, impacta a floração das cerejas de café, assim como o crescimento das plantas (Manizales 2017).

Para além disso, o café é um arbusto perene, cujo ciclo de vida em condições comerciais alcança entre os 20 e os 25 anos, dependendo das condições do sistema de cultivo (Arcilla 2007). A planta alcança a sua máxima produtividade entre os 6 e os 8 anos de idade e, apesar de continuar a dar fruto após este período, os níveis de produtividade vão reduzindo (Arcilla 2007). Assim, a planta de café precisa de ser renovada frequentemente (FAO 2017).

Por estas razões, a oferta no mercado do café é inelástica, respondendo muito lentamente a variações no preço (Talbot, 2019).

Quando o preço aumenta, os agricultores vão ser incentivados a plantar mais café, mas terão que esperar pelo menos três anos até à primeira colheita. À medida que o novo café entra no mercado, os preços voltam a baixar e, sendo que as plantas continuam a dar grãos, gera-se uma situação de excesso de oferta (Talbot, 2019). Em caso de descida de preço, a única opção dos produtores é deixar de cuidar das plantas, o que afeta a qualidade do produto e faz com que o volume reduza muito lentamente (Hallam 2003). Na Colômbia, país onde os agricultores dependem fortemente dos rendimentos gerados pelo café, onde os custos de produção são elevados e onde os produtores tendem a contrair dívidas, uma descida no preço do café força-os a abandonar as suas *fincas*⁹, a migrar para os centros urbanos ou a substituir cultivos (Osorio 2002).

No caso da procura, esta também é inelástica, pois não existe nenhum substituto próximo do café que permita ao consumidor adaptar os seus hábitos (FAO 2017). Ou seja, o mercado do café encontra-se num desequilíbrio persistente, sendo que, hoje em dia, este se caracteriza por um excesso de oferta que influencia negativamente os preços internacionais. Nos últimos dez anos, a oferta de café excedeu sempre a procura em aproximadamente 6 milhões de sacos (Amrouk 2018). Apesar da oferta aumentar, os mercados nos países importadores encontram-se saturados. Assim, os rendimentos obtidos da exportação de café não aumentam da mesma forma que o volume de café transacionado (Hallam 2003).

Atualmente, outra das tendências do mercado é o progressivo aumento do preço de venda do café ao nível retalhista, que não se traduz num aumento do preço pago ao produtor (Hallam 2003). A percentagem do preço final de venda recebida pelos agricultores tem caído drasticamente. Se, em 1984, o produtor recebia 64% do preço retalhista nos EUA, em 2001 o valor atinge uns meros 18% (Lines 2003). Por sua vez, a percentagem das empresas transnacionais de processamento e comercialização tem aumentado. Iremos expor de forma mais minuciosa as causas desta tendência mais à frente neste capítulo.

⁹ Porção delimitada de terreno; relativo à terra. Palavra usada ao longo do trabalho para fazer referência às quintas colombianas usando a terminologia local.

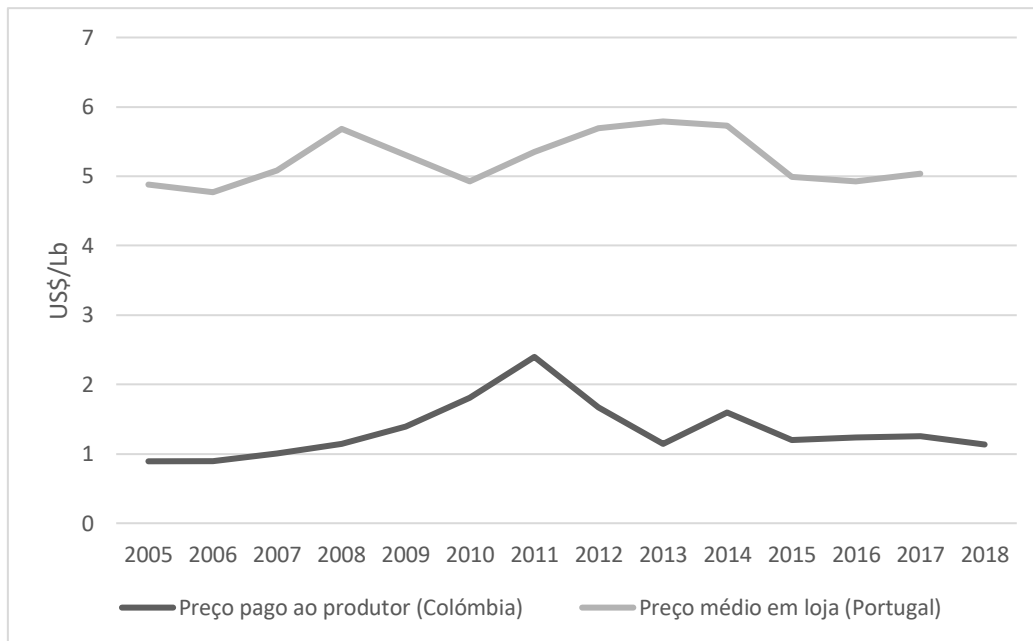


Figura 3 Evolução do preço pago ao produtor na Colômbia e do preço de venda em loja em Portugal. Gráfico construído com base em dados consultados no site da Organização Internacional de Café.

De forma a compreender estas evoluções é necessário analisar criticamente as cadeias produtivas que levam o café desde as idílicas *fincas* colombianas até aos sofisticados cafés parisienses. Uma cadeia produtiva é uma rede de processos que resulta num produto final. Esta rede é composta por vários nós, cada qual envolvendo a aquisição e a reorganização de *inputs*, trabalho, transporte e distribuição. Em cada nó da cadeia gera-se lucro e o produto é transformado de alguma forma, sendo acrescentado valor ao mesmo (Talbot, 2009).

Se usarmos como lente analítica as cadeias produtivas, podemos concluir que os países produtores se encontram numa posição pouco vantajosa, exportando bens primários a um preço baixo e importando os produtos processados no Norte, estando sujeitos à deterioração dos termos de troca. Ou seja, o preço do café vai sempre descer relativamente ao preço dos bens manufacturados. Desta forma, a Colômbia, por exemplo, terá que exportar sempre relativamente mais café para poder importar a mesma quantidade de bens processados (Germain and Francis n.d.).

As cadeias produtivas e a divisão de trabalho internacional foram cristalizadas no período da colonização, quando as colónias se tornaram fornecedoras de quantidades massivas de

café. Esta bebida, espessa, negra e quente, era um estimulante forte o suficiente para fomentar a produtividade dos trabalhadores e fazer girar a máquina industrial. O café tornou-se rapidamente um símbolo de uma sociedade avançada e em movimento. Apesar da conquista de independência e soberania política por parte das ex-colônias, a sua posição no comércio internacional manteve-se inalterada (Talbot, 2002).

O comércio do café, erigido no tempo da colonização, sempre foi pautado pelas lógicas de exploração e dominação que marcam as relações Norte-Sul. Dadas as características deste recurso, bem primário e agrícola, e dada a posição dos países produtores no SI, torna-se necessário adotar medidas para regular o mercado através da cooperação internacional, de forma a proteger os agricultores. A inserção do comércio de café no seu contexto histórico revela que este não se pode submeter unicamente a uma lógica de preço, definido pela oferta e pela procura, ignorando as relações sociais nas quais está inserido.

3.2 Economia campesina e economia de mercado: Diferenças e tensões

O caso da Colômbia permite-nos ilustrar a importância de considerar o contexto social e cultural no qual a produção de um determinado recurso se insere. No caso do café, mais que um produto para exportação, este representa, *“acima de tudo, as redes sociais, culturais, institucionais e políticas que têm sido a base da estabilidade democrática e da integração nacional nos países produtores”* (Santos 2002). Historicamente, o desenvolvimento do setor do café na Colômbia esteve intimamente relacionado com a consolidação de uma economia nacional¹⁰, com a evolução das instituições democráticas no país, bem como com as suas dinâmicas sociais e culturais (Carbó 2012).

A nível social, o café permitiu ainda a criação de uma classe média colombiana e estimulou o surgimento de novas elites (Carbó 2012). Contudo, se em algumas regiões o café gerou uma democratização no acesso à propriedade rural, em outras ajudou a consolidar o latifúndio e as relações de produção baseadas nas instituições coloniais (Machado 1990).

¹⁰ Dado o seu carácter orientado para a exportação, o setor favoreceu não só as zonas produtoras, como também as cidades costeiras e portuárias (Carbó 2012). Deste modo, o café permitiu o surgimento de um mercado interno e uma maior integração nacional, ao estimular o consumo, o transporte e a industrialização.

Apesar destas diferenças, o setor do café na Colômbia sempre foi marcado pela prevalência da pequena agricultura, que foi associada com o empoderamento dos agricultores e com o desenvolvimento democrático do país, ao permitir a criação de redes sociais, culturais, institucionais e políticas alargadas (Rettberg 2010).

Ao longo das entrevistas realizadas, sobressai o facto de que os produtores herdaram a cultura do café das suas famílias. Assim, esta atividade, que tem passado de geração em geração, participa na construção da identidade das populações que vivem em meio rural e reforça o tecido social nas suas comunidades.

Os meus avós eram cafeiteiros, os meus papás também, e casei com um cafeiteiro. Todo o nosso património familiar foi construído em torno desta finca.

Neste clima, o único cultivo rentável é o café, a sua produção é uma tradição de família.

Eu estava casada e o meu ex-esposo tinha uma finca. Quando nos divorciámos fui eu que fiquei com ela. O meu esposo costumava plantar amoras, mas eu preferi cultivar café. Foram os meus vizinhos que me aconselharam, eles sempre me ajudaram muito. Os meus pais também eram cafeicultores, mas não cultivavam muito, tinham apenas 500 árvores.

Herdei a cultura cafeiteira da minha família, o meu avô foi um dos primeiros produtores da região.¹¹

Ao mesmo tempo que favorecia a integração nacional e reformulava as relações sociais, o café contribuiu para que a Colômbia preservasse as suas particularidades regionais (Rettberg et al. 2014). A difusão deste cultivo reduziu ainda mais o poder da capital, Bogotá, que já era tradicionalmente limitado, e teve efeitos descentralizadores. Para alguns autores, como Charles Bergquist (1986), este processo teve um impacto positivo na legitimidade e estabilidade política das primeiras décadas do século XX, sendo que a dispersão geográfica e económica do país – em parte determinada pelo café – criou uma *fragmentação do poder* e permitiu a construção de instituições políticas segmentadas, que impediam que algum ator tivesse capacidade para dominar os outros. Este *pluralismo*

¹¹ Excertos de entrevistas realizadas a produtoras de café do departamento de Risaralda, no dia 24 de setembro de 2019, na sede da APECAFEQ em Quinchía.

regional constitui uma excecionalidade colombiana, uma vez que a nível mundial a tendência é para que os centros urbanos tenham uma grande capacidade para controlar os setores rurais (Carbó 2012).

Outra das características históricas do setor do café na Colômbia foi o desenvolvimento de inúmeras experiências associativas, que permitiram aos agricultores dotarem-se de alguma autonomia face ao Estado (Carbó 2012). O pluralismo regional colombiano e a predominância da pequena e média agricultura facilitaram a criação de organizações sociais relativamente independentes, com capacidade para defender os interesses dos agricultores. Talvez a mais importante experiência associativa tenha sido a criação da FNC, em 1927. Ainda que alguns duvidem da real autonomia da FNC, afirmando que esta organização evidencia as tendências corporativistas da Colômbia, não pode ser ignorado o seu peso na estruturação do setor, pois é ela que permite a articulação das dinâmicas do mercado internacional com as políticas nacionais e a representação a nível local (Carbó 2012).

Tal como referimos, a agricultura na Colômbia organiza-se se em torno da pequena e média produção, sendo que se estima que 87% das unidades agrícolas sejam familiares (Amrouk 2018). Segundo dados da FNC, existem 550 mil famílias no país dependentes deste cultivo (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019). Desta forma, estamos perante uma agricultura centrada no *campesino*, categoria que engloba todas as pessoas que se dedicam, seja de forma individual ou em associação, à produção agrícola de pequena escala para sua subsistência ou para comercializar, recorrendo, ainda que não exclusivamente, à mão-de-obra familiar ou local, bem como a outras formas não monetárias de organização do trabalho, e que tenham um vínculo especial à terra (Consejo De Derechos Humanos de las Naciones Unidas 2018).

A *economia campesina* é uma economia de subsistência, sendo que o principal objetivo das famílias é obter um rendimento mínimo para garantir a segurança alimentar e as necessidades de consumo dos seus membros, e aproveitar qualquer ingresso adicional derivado das oportunidades económicas que oferecem os mercados. O trabalho não é considerado meramente como uma forma de mercadoria ou capital, mas como um elemento impulsionador de criatividade e identidade, que permite a apropriação dos

conhecimentos locais e a sua transmissão (Jimenez 2017). Por outro lado, os vínculos com os vizinhos e outras famílias que compõem o núcleo rural acabam por incidir na organização dos *campesinos*, que necessitam de coordenar os processos produtivos através do trabalho em equipa.

Os elementos culturais e a identidade desempenham, desta forma, um papel importante nos processos de cultivo. Dado o peso da tradição organizativa, bem como de outros fatores, tal como o geográfico, as unidades produtivas têm normalmente um baixo nível tecnológico (Duque-Orrego 2004). Como a essência da *economia campesina* é a produção familiar, as decisões que afetam o consumo são inseparáveis das que afetam a produção. Neste sentido, é possível estabelecer uma relação entre a unidade familiar agrícola e o mercado internacional. O *campesino*, ou agricultor, está ligado ao mercado através da venda de produtos agrícolas, da força de trabalho familiar e da compra de mercadorias, como adubos (Jimenez 2017).

A *economia campesina* enfrenta também vários problemas devido à sua estrutura produtiva centrada na família e na pequena agricultura, nomeadamente escassez de recursos, pouca informação sobre os mercados e modelos de negócio, presença de elevado número de intermediários, etc. (Duque-Orrego 2004). As produções familiares minifundiárias são, assim, mais suscetíveis às consequências de choques climáticos ou choques de mercado. O tamanho limitado das explorações agrícolas não permite, muitas vezes, a geração de rendimentos suficientes para garantir que as famílias saiam de uma situação de pobreza, agravando uma dinâmica de marginalização, degradação ambiental e migração rural-urbano (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019).

Podemos, desta forma, observar que o cultivo de café tem uma dimensão social e cultural, não podendo ser reduzido à sua função económica e produtiva. No entanto, a estrutura económica vai influenciar as decisões de curto e longo prazo dos produtores, moldando consequentemente os determinantes social e políticos a nível local. Os choques de preço, por exemplo, resultam num desequilíbrio temporário ao qual as populações terão que se adaptar. Desta forma, importa analisar as estruturas de governação a nível internacional, visto que estas vão determinar a natureza da competição entre os diferentes atores, os

mecanismos de regulação do mercado, bem como as diferentes posições económicas no SI.

3.3 Acordo Internacional de Café: Os limites da cooperação num sistema competitivo

De forma a estabilizar o preço do café, reduzindo a sua volatilidade, vários acordos internacionais foram assinados entre países produtores e consumidores. O primeiro Acordo Internacional de Café (ICA) foi posto em prática em 1963, e funcionava com base num sistema de quotas que permitia gerir os *stocks* de café existentes. O acordo deveria permitir manter um preço razoável para o consumidor, que fosse igualmente justo para o produtor (Pieterse and Silvis 1988). Dado o contexto político da altura, o acordo teve o apoio não só dos países exportadores, como também dos principais países importadores¹², o que contribuiu para o sucesso relativo deste mecanismo.

O ICA assinado em 1963, que foi posteriormente revisto em 1968, permitiu que a produção e o consumo se tornassem mais equilibrados, fortaleceu as economias dos países exportadores e desenvolveu mecanismos para a cooperação internacional. Contudo, devido a mudanças na estrutura da oferta e da procura, o acordo foi abandonado em 1972. Em 1976, um novo ICA é estipulado, sendo que, neste caso, a implementação de quotas apenas deveria acontecer quando o preço do café baixasse de um nível mínimo (Pieterse and Silvis 1988). O objetivo principal destes acordos era estabilizar os preços, e não aumentá-los, sendo que o aumento dos rendimentos dos países produtores devia advir de um crescimento da procura (Germain and Francis n.d.).

Contudo, os países produtores que controlavam grandes partes do mercado, como o Brasil, podiam enveredar por ações unilaterais para aumentar os preços, objetivo que não estava estipulado no acordo e que minava a sua eficiência (Pieterse and Silvis 1988). Isto porque a estrutura do ICA permitia a formação de um “cartel de produtores”, apoiado pelos países

¹² Os EUA, após a chegada de Hugo Chávez ao poder, e à consequente nacionalização da indústria cubana de açúcar, compreenderam que os países produtores de bens primários tinham um poder negocial que deveria ser contrabalançado (Pieterse and Silvis 1988). Temendo uma reprodução da revolução cubana em outros países Latino Americanos, os EUA apressaram-se a apoiar a criação do Grupo de Estudos do Café, que culminou no primeiro ICA (Dube and J F Vargas 2006).

consumidores, ou seja, um oligopólio bilateral e diferenciado, sendo que os dois lados do mercado podiam adotar comportamentos estratégicos (Pieterse and Silvis 1988).

Assim, O Brasil, a Colômbia e a Costa do Marfim lideraram este “cartel de produtores”, motivados pelo clima pós-OPEC, que mostrou que a capacidade de cooperação entre países produtores poderia aumentar os preços de um bem primário. Em 1978, por exemplo, quando o preço do café no mercado de Nova Iorque atingiu um valor mínimo, vários países produtores latino americanos reuniram-se em Bogotá, de forma a criar um fundo para coordenar e financiar ações de *stockholding*, na tentativa de manipular os mercados de Londres e Nova Iorque (Pieterse and Silvis 1988). Este *cartel de produtores* acabou por beneficiar apenas os membros mais antigos e que detiam uma maior parte do mercado, prejudicando os pequenos países em rápida expansão produtiva. O facto dos signatários tentarem aumentar o preço do café, e não apenas estabilizá-lo, tornou os objetivos do acordo pouco claros e ambíguos e dificultou a sua eficácia (Germain and Francis n.d.).

Um dos problemas relativo ao ICA é que a filiação ao acordo não era obrigatória, sendo que existia um mercado paralelo onde operavam os países não-membros, com um preço diferente estabelecido pelas forças puras da oferta e da procura (Germain and Francis n.d.). Apesar das quotas serem revistas todos os anos, estas acabavam por favorecer os países que historicamente beneficiavam deste sistema, como a Colômbia, e que ofereciam resistência à mudança dos mecanismos de alocação. Para os produtores mais pequenos, em rápida expansão produtiva, acabava por ser mais rentável atuar fora do sistema de quotas. Ou seja, o fim do ICA deveu-se parcialmente a uma ineficácia na gestão das alocações (Germain and Francis n.d.). Para além disso, com o fim da Guerra-Fria, vários países consumidores deixaram de ter motivações estratégicas¹³ para apoiar o acordo (Hallam 2003).

¹³ Um dos fatores que permitiu o sucesso relativo do ICA foi o apoio dos EUA. Enquanto país consumidor, os EUA não tinham grandes motivações económicas para manter os preços do café elevados. Assim, o apoio do país prendia-se essencialmente com razões estratégicas. Após a revolução cubana, os EUA temiam uma difusão do “castroísmo” na América Latina, principalmente nos países exportadores de café, como o Brasil ou a Colômbia (Dube and Vargas 2006).

O ICA foi abandonado de forma definitiva em 1989 e o seu fim foi uma das causas da crise do café que assolou o mercado internacional em 2001. Apesar de apresentar certos limites, o ICA trouxe várias vantagens para os países produtores, ajudando a estabilizar o preço do café e permitindo que uma maior parte dos rendimentos derivados da sua comercialização ficassem nos países do Sul (Talbot, 2002). Contudo, o impacto positivo desta retenção variava fortemente dependendo do país, sendo menos marcado em países com uma elite agrária bem estabelecida e menos instrumentos redistributivos, como no Brasil (Fridell 2007). Finalmente, ainda que o acordo tenha levado à criação de um oligopólio bilateral, esta situação de controlo excessivo de mercado não se alterou com a liberalização do mesmo, sendo que a vantagem passou simplesmente para o lado das grandes empresas transnacionais.

A partir dos anos 80, a produção de café internacionalizou-se progressivamente, sendo que as companhias de processamento e venda retalhista aumentaram o seu poder de mercado, crescendo através da aquisição de outras empresas (Talbot, 2009). Face à crise de 2001, os países produtores tentaram voltar a pôr em prática acordos para a gestão de *stocks*, sem grande sucesso (Hallam 2003). No dia 1 de outubro de 2001, a Associação de Países Produtores de Café apresentou uma estratégia de retenção de *stocks*. Dezanove países assinaram este acordo, mas apenas alguns chegaram efetivamente a reter parte da produção: Brasil, Colômbia, Costa Rica e, de forma temporária, Vietnam.

Se os países que cooperaram na iniciativa tivessem na realidade retido 20% das suas exportações de café, tal como tinha sido previsto, os preços teriam subido aproximadamente 17%. Contudo, para os países participantes, a estratégia não teria compensado, porque o que teriam perdido devido à diminuição do volume de exportação, não teria sido compensado pelo aumento do preço. Por outro lado, os países que não participassem na iniciativa beneficiariam à mesma dos efeitos positivos da mesma (Hallam 2003). Este exemplo permite-nos perceber que qualquer estratégia de cooperação internacional para estabilizar os preços será ineficaz sem o apoio e participação dos importadores. Contudo, no panorama atual, os países consumidores e as empresas transnacionais não têm interesse económico em favorecer preços mais elevados.

3.4 Liberalização: Medidas paliativas para problemas estruturais

O café foi um dos bens cujo comércio foi mais regulado, entre 1962 e 1989. O setor do café era regulado a nível internacional, sendo os países produtores os atores chave deste sistema. Após a abolição do mecanismo de quotas, o mercado do café assiste ao desaparecimento do Estado como unidade básica da atividade política, e as regulações passam a ser estabelecidas dentro da lógica do mercado, por organizações transnacionais e segundo as práticas dos cidadãos-consumidores (Reichman 2008). A partir dos anos 80, iniciou-se um processo de internacionalização e financeirização do setor do café, que levou a uma excessiva concentração de mercado. As companhias transnacionais começaram processos de aquisição das empresas produtoras nacionais dos países do Sul (Talbot, 2009). Atualmente, quatro empresas transnacionais, todas estabelecidas no Norte global, controlam 60% das vendas de café: Nestlé, Philip Morris, Sara Lee, e Procter and Gamble (Talbot, 2019).

Esta mudança foi também impulsionada pela expansão financeira que ocorre desde os anos 70 e alterou profundamente as condições económicas do Sistema Internacional, beneficiando as grandes empresas capazes de controlar o capital financeiro e os fluxos de informação (Talbot, 2002). A capacidade dos Estados para regular segmentos da cadeia de produção e para intervir no mercado mundial foi minada. Assim, simultaneamente, emergiram formas voluntárias de regulação do mercado pelo mercado, em que grupos transnacionais de consumidores-cidadãos definem normas de qualidade baseadas em valores de justiça social, exercendo, deste modo, uma função regulatória anteriormente reservada aos Estados (Reichman 2008).

Com o fim do ICA, os países produtores perderam a sua capacidade de influenciar o mercado. A liberalização do setor contribuiu para agravar a concentração das empresas de torrefação e de comércio internacionais. Ao aumentarem o seu poder de mercado, as companhias transnacionais conseguem manter o preço dos grãos de café baixo, enquanto aumentam o preço de venda final do bem processado (Talbot, 2002). Para além de terem a capacidade de influenciar os preços, através, nomeadamente, da sua participação nos mercados financeiros internacionais, são estes atores que determinam as normas de produção e os *standards* de qualidade (Daviron and Ponte 2005).

Desta forma, a distribuição de valor ao longo da cadeia produtiva alterou-se: enquanto nos anos 70, os produtores recebiam aproximadamente 20% do preço final de venda do café, este número baixou para os 13% em 1989. Simultaneamente, a parte obtida pelas empresas de torrefação e venda, sediadas no Norte, aumentou exponencialmente, reforçando a relação díspar Norte-Sul (Rettberg 2010). Passamos de um modelo de governação em que os atores principais são os países produtores e as suas cooperativas e associações nacionais, para um sistema predominado por um oligopólio de empresas transnacionais, em que os *campesinos* ficam mais expostos a variações de preço.

Distribuição dos rendimentos do café ao longo dos anos (1 de outubro a 30 de setembro)

	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01
<i>Preço de venda</i>	471.9 (100%)	632.7 (100%)	569.6 (100%)	542.2 (100%)	548.6 (100%)	476.5 (100%)	476.5 (100%)	399.1 (100%)
<i>Valor adicionado nos países consumidores</i>	357.4 (75.7)	430.8 (68.1)	416.7 (73.1)	380.8 (70.2)	380.0 (69.3)	393.7 (75.5)	365.9 (76.8)	316.7 (79.4)
<i>Custo do transporte e perdas de volume</i>	26.5 (5.6)	60.4 (9.5)	51.4 (9.0)	47.4 (8.7)	53.2 (9.7)	40.0 (7.7)	36.5 (7.7)	33.3 (8.3)
<i>Valor adicionado nos países produtores</i>	25.6 (5.4)	26.8 (4.2)	11.2 (2.0)	19.2 (3.5)	11.8 (2.1)	11.6 (2.2)	13.9 (2.9)	7.5 (1.9)
<i>Preço aos produtores</i>	62.4 (13.2)	114.7 (18.1)	90.3 (15.8)	94.8 (17.5)	103.6 (18.9)	75.8 (14.6)	60.2 (12.6)	41.5 (10.4)

Figura 4 Distribuição dos rendimentos do café ao longo da cadeia de valor. Tabela construída com base nos dados presentes no livro "Grounds for Agreement: The Political Economy of the Coffee Commodity Chain (2004), de John Talbot.

Esta tendência decrescente parece permanecer no tempo, pois, segundo dados da FAO relativos a 2018, em termos reais, os preços do café encontram-se 45% mais baixos do que em 2011, sendo que para a maioria dos produtores os rendimentos não cobrem os custos de produção (Amrouk 2018). As descidas no preço internacional do café não se refletem ao nível final das vendas mas são transmitidas rapidamente aos produtores, na ausência de mecanismos de regulação (Morisset 1998). Enquanto os preços do café caíam $\frac{2}{3}$ em 1997, os preços de venda apenas desceram $\frac{1}{4}$. O mercado desregulado provocou assimetrias:

preços elevados para os consumidores; preços baixos e desastre económico para os produtores (Talbot, 2019).

O enfraquecimento das instituições regulatórias e a ausência de agências internacionais capazes de implementar princípios normativos de justiça social, levou à emergência de formas de regulação do mercado pelo mercado (Reichman 2008). O sistema de *fair-trade*, por exemplo, surgiu a partir da vontade dos consumidores e de Organizações Não Governamentais em tornar as trocas comerciais mais justas e igualitárias que no mercado convencional (Fridell 2007).

A rede *fair-trade* começou a ser desenvolvida nos anos 50, através da iniciativa *Alternative Trade Organisations*, que pretendia criar um sistema comercial alternativo, onde os preços seriam definidos com base em valores de justiça social. Contudo, após as mudanças ocorridas nos anos 80, esta rede abandonou a pretensão de se afirmar como uma real alternativa, passando a ganhar acesso e a atuar nos mercados convencionais (Fridell 2007). Assim, o sistema *fair-trade* assume-se como uma forma de combater as relações económicas desiguais que caracterizam o comércio convencional, mas usa as estruturas desse mesmo mercado para funcionar (Jaffee 2007).

O objetivo deste sistema é estabelecer uma relação mais próxima entre o produtor e o consumidor, simplificando a cadeia produtiva e tornando-a mais transparente. No entanto, este processo de *simplificação* mantém o papel das empresas de importação, dos auditores *fair-trade* e das grandes empresas retalhistas imutável e inquestionável (Reichman 2008). Desta forma, mesmo que inclua valores sociais na lógica de mercado, o *fair-trade* não parece resolver o problema da sua excessiva concentração.

Ainda que certos projetos de comércio justo possam efetivamente criar uma relação mais próxima consumidor-produtor e aumentar a consciência de certas partes da população para os problemas que enfrentam os pequenos agricultores, estes não possuem recursos suficientes para fazer face às grandes empresas retalhistas movidas pelo desejo de embelezarem a sua imagem de marca (Fridell 2007).

As organizações que definem os *standards* que estruturam o sistema “*fair-trade*” concedem certificados a empresas que respeitem os seus critérios: o café deve ser

comprado junto de uma estrutura democrática, tal como uma cooperativa ou associação de produtores, que cumpra com normas de respeito pelos trabalhadores e de sustentabilidade ambiental (Fridell 2007). As empresas compram o café a um preço mínimo estabelecido, ao qual se adiciona um prémio que é pago às associações de produtores, para que estas invistam em projetos sociais, como construção de infraestrutura. Contudo, este preço continua a ser dependente dos imperativos de mercado e não é suficiente para aliviar os produtores de uma situação de pobreza (Jaffee 2007).

Em visita à (APECAFEQ), foram entrevistadas 60 mulheres agricultores que têm, em média, uma *finca* de 1,6 hectares. A APECAFEQ nasceu em 1994, com o apoio da empresa Max Havelar, a primeira marca de certificados *fair-trade*. A associação tem por objetivo assegurar a certificação e a comercialização do café dos associados, garantindo a sua qualidade. Ao mesmo tempo, com o prémio obtido através da venda no circuito *fair-trade*, a organização desenvolve atividades e projetos no sentido de favorecer a comunidade ou de capacitar os cafeicultores.

Os mecanismos de regulação voluntária do mercado, como a rede *fair-trade*, têm duas potenciais vantagens: aumentar os rendimentos dos produtores e, conseqüentemente, melhorar as suas condições socioeconómicas, através da retenção de valor; e/ou facilitar o seu acesso ao mercado (Muradian and Wim 2005). Por um lado, os mecanismos de regulação voluntária parecem funcionar, no sentido de melhorarem a *imagem* dos agricultores e das associações face a outros atores, facilitando a coordenação com outros elementos da cadeia produtiva, o que pode eventualmente facilitar o acesso a certos canais de comercialização (Muradian and Wim 2005).

Contudo, por outro lado, este sistema parece não ser eficaz em melhorar diretamente os rendimentos e a qualidade de vida dos agricultores, uma vez que os prémios não são revertidos diretamente aos indivíduos (Jaffee 2007). Apesar das boas intenções da associação e do pessoal envolvido, os projetos levados a cabo no sentido de melhorar as condições de vida das produtoras parecem não ser suficientes para as retirar de uma situação de pobreza. Segundo as associadas, é difícil viver do café, ou quase impossível caso as famílias tenham uma pequena produção, devido à grande volatilidade dos preços e das condições ambientais.

Talvez seja possível se a família possuir uma finca grande. Para nós não chega, temos que procurar outras fontes de rendimento. Eu trabalho em cozinhas em alguns dias da semana.

Antes era possível, mas hoje já não é o mesmo, por causa das variações de clima e do preço. Os custos aumentam e os preços descem.¹⁴

O paradigma socioeconómico atual não tem em conta a qualidade das interações humanas, a cultura ou a preservação do ambiente, encarando estes aspetos como externalidades. Ao mesmo tempo, as relações de reciprocidade, redistribuição e justiça social são submetidas a uma lógica de mercado (Polanyi 2001), o que pode ser ilustrado através da rede *fair-trade*. Apesar dos mecanismos de regulação voluntária poderem criar algumas melhorias na estruturação das cadeias produtivas, perpetuam problemas estruturais e agravando desigualdades globais (Fridell 2007). As responsabilidades de adaptação às exigências das empresas e dos consumidores são transferidas a nível local, sem que exista uma transferência de poder de decisão, o que fragiliza as comunidades, expondo-as a condicionantes externos que escapam ao seu controlo.

Segundo a OXFAM (Lines 2003), qualquer solução para a crise no setor do café deve passar por aumentar o poder de mercado dos agricultores e a sua capacidade para influenciar e participar na cadeia produtiva. No entanto, esta estratégia envolve uma reorganização desta cadeia ou das suas estruturas de governação (Daviron and Ponte 2005). Tal mudança passa por alterar as regras e normas que regulam os fluxos ao longo das diferentes fases da cadeia ou por alterar a forma como os rendimentos e os lucros são distribuídos ao longo de todo o processo (Talbot, 2002). Dada a ausência de regulações por parte dos governos nacionais e das agências internacionais, diferentes iniciativas de empreendedorismo ou de associações de consumidores tentam tornar a cadeia produtiva mais curta e mais transparente.

Existem milhares de agricultores que cultivam com esforço um produto interessante, e milhares de consumidores dispostos a pagar bem pelo mesmo e interessados nas condições socioambientais nas quais o café é produzido. Contudo, não existe forma de ligar diretamente as duas pontas desta cadeia, sendo que quem beneficia desta distância são as

¹⁴ Excertos de entrevistas realizadas a produtoras de café do departamento de Risaralda, no dia 24 de setembro de 2019, na sede da APECAFEQ em Quinchía.

empresas de comércio, torrefação e *marketing*. Na última década, a ascensão das novas tecnologias de informação chegou com a promessa de reorganizar os sistemas alimentares, criando soluções inovadoras para ligar o produtor diretamente a outros produtores, a consumidores, a instituições públicas e empresas privadas (CELAC 2017).

No entanto, a maioria dos agricultores não tem informação suficiente, recursos, ou conhecimentos sobre o mundo digital, para poderem comercializar e promover os seus produtos por conta própria e competir com as grandes empresas. Assim, a integração dos pequenos-produtores no mercado parece pouco provável, o que contribui para que a distribuição de poder ao longo da cadeia produtiva surja como uma realidade imutável. Estes fatores, combinados com termos de comércio injustos e com a volatilidade dos preços internacionais, mantêm os produtores num ciclo de pobreza difícil de quebrar (Lucía et al. 2018).

Num SI que não prioriza as necessidades dos produtores, não lhes atribuindo uma remuneração digna pelo seu trabalho, a incidência de violência e conflito no espaço rural do Sul global irá persistir. Apesar de existirem mecanismos de regulação, estes acabam por acentuar desigualdades históricas e estruturais como a divisão Norte-Sul, entre países colonizadores e ex-colónias. Para além disso, o foco na competição e a necessidade de aumentar indefinidamente a produção, criam assimetrias de poder entre os diferentes países produtores, sendo que os mais pequenos não possuem tanta capacidade negocial. A lógica de mercado não pode abarcar preocupações sociais e ambientais, sem as submeter ao objetivo principal de acumulação de riqueza. Para além disso, ao enfraquecer os mecanismos e instituições de cooperação, consolida o poder de determinados atores, apagando as estruturas existentes para pôr em causa a sua legitimidade e controlo sobre o mercado.

Desta forma, os produtores de bens agrícolas encontram-se na ponta errada da cadeia produtiva, sem condições para contestar o sistema económico no qual estão inseridos e sujeitos a variações de preço resultantes das forças abstratas e ilusórias da oferta e da procura. Todos estes fatores afetam as decisões dos produtores que, não podendo viver do cultivo do café, prática que deveria ser valorizada pela sua importância social e cultural, terão que abandonar as suas quintas, deixando de participar ativamente na preservação

dos ecossistemas. Ao se encontrarem numa situação de pobreza, os agricultores poderão mesmo ser motivados a participar num contexto de conflito, de forma a obterem rendimentos ou ludibriados pela promessa de salvar a ruralidade.

4. O COMÉRCIO DO CAFÉ E O CONFLITO NA COLÔMBIA

Como vimos no capítulo anterior, desde o início dos anos 90, o mercado de café tem seguido um processo de liberalização e financeirização. O paradigma socioeconómico dominante cria desequilíbrios que fragilizam o meio rural colombiano, já dilacerado. Por um lado, a ausência de mecanismos de regulação dos preços gera uma grande instabilidade ao nível dos rendimentos das famílias. Por outro lado, a preconização da abertura ao comércio mundial e do crescimento económico é uma receita que influencia os governos a optar por recursos mais rentáveis a curto prazo, como os bens minerais, cuja exploração não beneficia as comunidades locais. Ao invés, o cultivo de café pode servir para fortalecer as esferas económica, social e ambiental dos territórios *campesinos*.

Sendo a Colômbia um país economicamente dependente da exportação de bens primários, as condições, oportunidades e constrangimentos criados pelo mercado, têm um impacto indubitável nas condições políticas e sociais domésticas. Assim, importa analisar de que forma a *estrutura* económica influencia a intensidade do conflito prolongado que assola o país, especificamente nas regiões *cafeicultoras*, ao impactar a vida dos produtores, a qualidade das organizações comunitárias e locais e a própria estrutura agrária do país.

À luz do contexto rural colombiano e do conflito que ainda hoje assola o país, torna-se possível perceber melhor de que forma o modelo económico interage com as dinâmicas de violência. Podemos referir três fatores principais procedentes desta análise: primeiramente, a concentração das terras agravada pela entrada de investimentos estrangeiro exacerba disputas entre diferentes grupos em detrimento das comunidades *campesinas*; em segundo lugar, a volatilidade dos preços e a falta de proteção social colocam os produtores numa situação de instabilidade e insegurança; por último, a prioridade dada às redes de comércio mundial e a não valorização das economias locais degradam o tecido social no campo.

Assim, iremos observar de que forma as dinâmicas do mercado de café impactam as decisões microeconómicas dos *campesinos*, bem como as dinâmicas de violência em contexto de conflito prolongado, ao estudar o período que se estende desde 1989, aquando o rompimento do sistema de quotas, até aos dias de hoje. No entanto, iremos

ainda expor brevemente as raízes do conflito colombiano, que remontam ao período pós-Independência¹⁵.

O conflito colombiano é um confronto multipolar entre diferentes partes, nomeadamente as guerrilhas de esquerda, os grupos paramilitares e o Estado. Em 2016, após mais de 50 anos de conflito, um Acordo de Paz foi assinado entre o Estado e uma das guerrilhas envolvidas, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (Rettberg 2018). No entanto, vários atores armados continuam ativos no território e diferentes formas de violência pautam a realidade quotidiana das populações.

4.1 Viver d(a) terra: As raízes e prolongamento do conflito colombiano

O conflito colombiano, caracterizado pela sua longa duração, provocou tensões e divisões que atravessam toda a sociedade, criando um contexto pouco favorável a uma solução definitiva. Iremos, então, analisar brevemente esta guerra, focando a sua relação com o uso da terra e as razões da sua duração prolongada. As desigualdades de acesso à terra que, por sua vez, moldam também as desigualdades de rendimento, são um aspeto explicativo central da conflagração colombiana, gerando um terreno fértil para a mobilização de recursos e atores (Bejarano 2003). Ao mesmo tempo, as desigualdades internas são em parte determinadas e reforçadas pela estratificação do SI e pelos processos históricos de divisão do trabalho (Azar and Farah 1981).

Tal como nos restantes países latino-americanos, depois da Independência, as diversas elites colombianas preocuparam-se em tentar assegurar uma ordem política (Pécaut 2012). Assim, desde o início da sua história enquanto país independente, a Colômbia foi marcada por lutas entre diferentes grupos políticos, confrontos com erupções sangrentas pelo controlo do território, dos recursos e das populações (Bejarano 2003).

Num contexto de competição exacerbada para preservar o acesso ao Estado, os interesses sociais desaparecem e a violência, potencial ou real, torna-se essência do político (Pécaut 2012). Apesar de sempre ter mantido um caráter oficial de democracia civil e de não ter sido pautada pelas ditaduras militares que marcaram o continente na segunda metade do

¹⁵ Só no século XIX, a Colômbia experienciou oito guerras civis (Henriques 2019) .

século XX, a Colômbia é um país onde a violência tem estado explicitamente presente nas relações sociais e políticas (Aguilar-Forero and Muñoz 2013).

Neste país, essencialmente agrário, onde “*o verde é de todas as cores*”¹⁶, as relações políticas e sociais que servem de contexto ao conflito armado resultam de um acesso desigual à terra e aos recursos (Berry 2017). A Colômbia é um dos países com maior concentração de terras na América Latina, processo que se tem agravado desde 2000 (Rettberg 2018). Segundo um relatório da OXFAM, baseado no censo agropecuário de 2014, a Colômbia é o país sul-americano mais desigual no que toca à distribuição da terra (Guereña 2017b). As estruturas de poder político e de poder económico devem, então, ser estudadas de forma a que possamos compreender como é que o comércio internacional se relaciona com a violência.

Depreendemos que o uso da terra e das suas riquezas é central, sendo que os cultivos de café servem de pano de fundo para a história do conflito. Enquanto a indústria do café se desenvolvia, começaram a surgir conflitos rurais entre os *campesinos* que ocupavam terras públicas e as elites socioeconómicas que as queriam explorar. No início do século XX, à medida que este bem se expandia e dava frutos, uma nova estrutura agrária, baseada na pequena agricultura, substitui-se ao modelo fundado na grande propriedade, característico do regime colonial. As instituições dotadas da tarefa de definir e assegurar os direitos de propriedade tinham dificuldade em distinguir entre terras públicas e privadas, criando e mantendo ambiguidades passíveis de serem exploradas por interesses privados.

Neste contexto, nas décadas de 20 e 30, determinados atores com influência política tinham como alvo as terras ocupadas pelos *campesinos*. Cabia aos governos locais resolver os conflitos que emergiam devido às disputas pela terra, mas o poder político tendia a favorecer os grandes proprietários. Com o apogeu da indústria do café, as lutas agrárias pelo acesso à propriedade da terra intensificam-se e culminam no período denominado *La Violencia*. Entre 1948 e 1958, a Colômbia mergulha numa guerra interna que deflagra o campo e opõe ferozmente liberais e conservadores, as principais famílias partidárias do país (Pécaut 2012).

¹⁶ Frase retirada do poema *Morada al Sur*, do autor colombiano Aurelio Arturo (1963).

Ao mesmo tempo, por influência de atores internacionais, como o economista canadiano Lauchlin Currie, o “missionário económico” enviado pelo Banco Mundial em 1949, o Estado, inspirado pelas ideias do desenvolvimento, encontra na instabilidade uma oportunidade de acelerar o processo de urbanização do país. Para Currie, que muito influenciou as políticas nacionais, na Colômbia existia um excesso de população rural, sendo necessário proceder à despossessão dos *campesinos* para ser possível consolidar a grande propriedade produtiva (Brittain 2005). Num contexto de falta de legitimidade das instituições políticas e de incapacidade do Estado em obter o monopólio da violência, o costume, as normas jurídicas plurais e a capacidade de coerção dos atores privados, acabam por ser os mecanismos usados para atribuir os direitos de propriedade (Velasco 2014).

A época de *La Violencia* provocou o deslocamento forçado de muitas famílias que viviam nas regiões cafeteiras, quando muitas delas se acabavam de instalar. A concentração de capital, das terras e do poder político-económico em alguns setores nacionais e transnacionais, foi conseguida através de diversas práticas sociais de violência, silenciamento e medo que afetam, de múltiplas maneiras, as populações mais vulneráveis (Aguilar-Forero and Muñoz 2013). Neste sentido, os sentimentos de ganância, ou seja, a vontade de explorar oportunidades lucrativas (Collier 2000), não se cingem ao comportamento dos exércitos irregulares.

A solução para esta disputa cristalizou um sistema político assente no bipartidismo, agravando as dinâmicas de exclusão política e precipitando o país para um estado de violência endémica (Henriques 2019). Os governos deveriam ser compostos por membros de ambos os partidos, afastando as restantes forças do jogo político. Desta forma, a violência armada no país pode ser considerada uma consequência das disfuncionalidades do sistema democrático (Henriques 2019).

4.2 As estratégias dos grupos armados

As estruturas de desigualdade implicam a existência de tensões e divisões entre grupos sociais, sendo que a competição pelo acesso aos recursos limitados e as relações de poder implicam interesses contraditórios que podem degenerar em violência quando, por exemplo, existe um declínio dramático nas condições económicas depois de um período de

relativa prosperidade, ou quando a coerção substituiu a mediação (Azar and Farah 1981). Na Colômbia, a exclusão política, bem como a falta de instrumentos de participação democrática, resultaram na militarização da luta social.

As guerrilhas de resistência armada de inspiração socialista crescem devido aos deslocamentos de *campesinos*, provocados por décadas de violência e lutas pelo poder político e econômico. Em parte, estas nascem como consequência da alternância de poder acordada entre os principais partidos, - Liberal e Conservador - no fim do período de *La Violencia*, que excluiu os restantes atores do jogo democrático. Neste país, que desde a sua Independência foi controlado por uma oligarquia que excluiu os demais grupos da participação política e não promoveu reformas sociais e econômicas estruturais (Santos 2007), criou-se um contexto propício para a mobilização armada das populações sistematicamente marginalizadas.

As FARC, por exemplo, formam-se em 1964, com o objetivo de travar o processo de expropriação forçada dos agricultores e providenciar certos bens públicos em tempos de crise (Pécaut 2012), face à inação do Estado e das elites em responder às necessidades das populações. As guerrilhas reivindicavam uma sociedade mais justa, enfatizando a importância dos planos de desenvolvimento rural regional e de uma melhor distribuição das terras (Bejarano 2003). Apesar de afirmarem combater pela defesa dos direitos das populações rurais, as guerrilhas contribuíram para agravar os sentimentos de insegurança dos agricultores e as deslocamentos forçados, bem como as divisões sociais pré-existentes.

Numa das visitas realizadas a uma *finca* de café, em Guaduas, município situado a algumas horas de autocarro de Bogotá, um dos trabalhadores, braço direito do proprietário, explica-nos de que forma as guerrilhas interagem com os produtores, cobrando um “imposto revolucionário” em troca de proteção. Podemos inferir que os objetivos específicos das FARC precediam os objetivos sociais mais abrangentes, e que o grupo se apoiava num capital social exclusivo para os membros, o que culminava num processo de isolamento face ao resto da sociedade (Cox 2008). Mesmo nas regiões onde atuavam e providenciavam segurança às comunidades locais, impunham as suas regras, sendo que as populações não tinham oportunidade de decidir livremente.

Eles pediam 200 000 pesos, os produtores faziam mais ou menos 800 000, então 3% era para a guerrilha. Em troca ofereciam proteção, diziam que protegiam o terreno, mas isso era antes. Se não lhes dessem o dinheiro, matavam-nos ou forçavam-nos a sair. Antes havia mais guerra porque havia menos trabalho. Há 17 anos que não há por aqui grupos armados, os habitantes cortaram o mato todo para eles não se poderem esconder.¹⁷

Durante os anos oitenta, o conflito entre as guerrilhas, o Estado e a suas elites, manteve-se de baixa intensidade, funcionando principalmente como um *proxy* da Guerra Fria. Nos anos noventa, a intensidade do conflito escalou devido a vários fatores, nomeadamente ao aparecimento de grupos paramilitares, que surgiram a partir de uniões de autodefesa de grandes proprietários de terras ou barões da droga (Dube and Vargas 2013).

Os paramilitares são grupos violentos e descentralizados que, apesar de não serem criados a partir do governo central, podem ser considerados um produto das profundas divisões políticas que marcam as elites colombianas, que contribuem para que haja uma privatização da violência e para que algumas partes do Estado abdicuem do seu poder (Bejarano 2003). Alguns autores, como o filósofo Ulrich Oslander, chegam a afirmar que “*o Estado e as forças paramilitares estão ao serviço do capital nacional e transnacional.*” (Oslander 2007).

Desta forma, o conflito na Colômbia não é bipolar, sendo que existem, pelo menos, três partes diferentes: o Estado, as guerrilhas e os paramilitares. Importa referir que nenhum destes atores é uma unidade coerente, na medida em que estão fragmentados. Neste sentido, dadas as cisões que atravessam a sociedade colombiana, a construção ativa de um capital social entre diferentes grupos, através do envolvimento de múltiplos atores, revela-se potencialmente importante para ultrapassar tensões fraturantes (Cox 2008).

Tanto as guerrilhas como os paramilitares utilizam diferentes fontes de financiamento, que lhes conferem uma relativa autonomia face aos poderes internacionais. Esta relativa autonomia dos grupos armados também os divorcia da sociedade, visto que não necessitam de legitimação ou apoio popular para sobreviver. Assim, a luta armada afasta-

¹⁷ Excerto de entrevista realizada a um produtor do departamento de Cundinamarca, no dia 16 de novembro, na *finca* localizada no município de Guaduas.

se progressivamente dos seus objetivos políticos e passa a girar em torno da acumulação de poder e do controlo sobre o território (Bejarano 2003). Os grupos armados visam diretamente o sistema produtivo através de táticas de extorsão, raptos ou predação de fundos públicos. As FARC foram consideradas a guerrilha mais lucrativa do mundo e, em 1996, juntamente com o Exército de Libertação Nacional (ELN), estima-se que tenham gerado 800 milhões de dólares em lucro (Dube and Vargas 2013).

Os produtores entrevistados afirmam que os exércitos não-regulares tentavam controlar os canais de comercialização do café e pediam comissões para deixar o produto sair, agravando os sentimentos de medo e insegurança.

(...) Eram intermediários (...) podiam cobrar uma comissão para deixar sair o café.

Bloqueavam estradas, tornando mais difícil a venda.

Faziam com que pessoas e organizações externas não pudessem entrar no território.

Ficavam com uma parte dos rendimentos.¹⁸

Neste sentido, de acordo com os trabalhos de Collier, o café poderia ser considerado um *lootable resource*, por ser um recurso primário que pode ser alvo de roubo ou extorsão (Collier 2000). Uma implicação direta desta hipótese é que um aumento do preço deste bem levaria uma intensificação da violência. Contudo, esta relação não se verifica no caso do café, como iremos explorar mais à frente neste capítulo. Pelo contrário, por a *cafiecultura* ser a principal fonte de rendimento de muitas famílias nas zonas rurais, por ser uma atividade que necessita de muita mão-de-obra e de um investimento inicial, espera-se que exista uma correlação negativa entre este recurso agrícola e o conflito (Dube and J F Vargas 2006).

Na Colômbia, os exércitos regulares e irregulares são maioritariamente compostos por jovens. A Human Rights Watch afirma que, em 2015, 11 000 jovens e crianças faziam parte de grupos armados no país (Muñoz-Mora 2010). No seu artigo, *Commodity price shocks and civil conflict: Evidence from Colombia*, Juan Vargas (2013) refere um estudo realizado

¹⁸ Excertos de entrevistas realizadas a produtores dos departamentos de Guaduas (17 de novembro de 2019); de Nariño (25 de novembro de 2019), e de Tolima (5 de dezembro de 2019). A entrevista em Guaduas foi realizada presencialmente. A entrevista de Tolima foi efetuada por chamada telefónica. A entrevista em Nariño foi realizada por Sabely Yandar, da empresa Innovakit, que providenciou o áudio da mesma.

com ex-combatentes, que conclui que as oportunidades económicas são um fator de peso quando alguém decide juntar-se a um grupo armado. Os ex-combatentes da ELN, por exemplo, admitem que recebiam salários e outras formas de compensação, enquanto os grupos paramilitares chegam a pagar salários superiores ao mínimo oficial. Neste sentido, o alistamento a um grupo armado pode acontecer devido a necessidades económicas que devem ser supridas (Dube and Vargas 2013).

Em dezembro de 2019, o jornalista Santiago Valenzuela, no âmbito do projeto de informação independente *Pacifista!*, passou três dias num acampamento da ELN, que afirma ser a última guerrilha ativa na América Latina. No artigo podemos ler que o Comandante do pelotão refere que a guerrilha assegura três refeições ao dia (Valenzuela 2019). Ainda que o número de pessoas em situação de subalimentação tenha diminuído na Colômbia, no triénio 2016-2018, 41% das localidades apresentam algum grau de insegurança alimentar (Benitez 2019). Santiago Valenzuela entrevistou ainda um jovem afrodescendente que afirma que se juntou ao grupo por necessidade, não tendo conseguido arranjar um trabalho onde vivia. Apesar de não saber muito acerca da ELN, no acampamento tem comida, uma cama e encontrou um sentimento de pertença a uma comunidade (Valenzuela 2019).

- Porque vieste?

- Porque em Cali não tinha trabalho nem onde dormir.

- Porque gostas de estar aqui, no meio da selva?

- Porque tenho comida e onde dormir.

- E a tua família?

- Esta é a minha família. Aqui sinto-me em família.

- O que sabes sobre a ELN?

- Muito pouco.¹⁹

¹⁹ Excerto traduzido da entrevista realizada por Santiago Valenzuela, que pode ser consultada na página da revista *Pacifista!*, <https://pacifista.tv/notas/campamento-guerrilla-eln-cronica-uriel-san-juan-choco/>

A oferta de emprego e as condições económicas influenciam o custo-oportunidade envolvido na decisão de alistamento a um grupo armado (Dube and Juan F Vargas 2006). Neste contexto, a volatilidade dos preços dos bens exportáveis, ao criar problemas de gestão ao nível dos rendimentos familiares, pode contribuir para que determinadas pessoas se decidam juntar a um exército irregular. Contudo, nenhum produtor entrevistado ao longo deste trabalho afirmou alguma vez ter considerado esta opção.

Ao mesmo tempo, os choques negativos de preço e as situações de instabilidade em meio rural acabam por forçar os agricultores a migrar para os centros urbanos, agravando as lógicas de deslocamento forçado que criam vazios institucionais e sociais no campo, passíveis de serem explorados por interesses privados (Rettberg 2010), e exacerbando ressentimentos que podem motivar novas erupções de violência.

Um dos argumentos a favor da liberalização do comércio dos bens agrícolas é que as restrições limitam os potenciais benefícios que os agricultores podem obter através do acesso aos mercados regionais e internacionais (Chile and Talukder 2015). Ao longo das entrevistas realizadas, foi possível observar que muitos produtores gostariam de ter a sua própria marca e comercializar o seu produto. No entanto, dado o desenho do SI, tornou-se quase virtualmente impossível para uma empresa produtora localizada nos países exportadores entrar no processo de torrefação, empacotamento e venda nos países consumidores (J. Talbot 2002). Assim, importa averiguar se o novo paradigma económico trouxe efetivamente melhorias para a condição rural colombiana.

Os padrões do comércio internacional podem exacerbar os ressentimentos que motivam o conflito, ao permitirem a apropriação das terras para a produção de bens para exportação, o que agrava as disputas de longo-prazo sobre o controlo das mesmas (Keen 2002). Segundo um relatório da OXFAM, 80% da terra na Colômbia está nas mãos de 1% da população (Guereña 2017a). Neste sentido, será que os processos de liberalização dos mercados, ao incentivarem a competição desregulada, podem exacerbar práticas predatórias pelo controlo territorial e social, tanto por parte das empresas transnacionais como dos grupos armados? No seguimento desta questão, revela-se necessário refletir sobre a forma como princípios económicos encarados como “naturais” prejudicam as economias e estruturas locais e comunitárias (Solón, 2017).

O conflito armado rural gera um clima de incerteza social, política e económica para os pequenos produtores, devido aos mecanismos de intimidação usados pelos diferentes grupos, à deterioração dos mercados locais, aos deslocamentos forçados, à apropriação de recursos, à destruição de infraestrutura, entre outros fatores (Muñoz-Mora 2010). A esta condição de fragilidade, somam-se as sucessivas crises do setor do café, que provocam *desequilíbrios* económicos e *vazios* sociais, que podem eventualmente intensificar a violência nas regiões produtoras. De forma a estudar estas dinâmicas, iremos agora analisar o período que se estende desde 1989, aquando o rompimento do sistema de quotas, até aos dias de hoje.

4.3 A liberalização do mercado do café e o conflito: Fragilização económica e social do campo

Para que possamos perceber as interações existentes entre o paradigma económico internacional e a violência endémica, vamos estudar de que forma a liberalização do mercado de café afetou a intensidade do conflito nas regiões produtoras. O rompimento do sistema de quotas e dos mecanismos de regulação política, ao alterar as estruturas de governação internacionais e ao provocar fortes variações do preço do café, teve um impacto indubitável nas condições políticas e sociais domésticas (Rettberg 2010). Assim, iremos debruçar-nos sobre dois efeitos deste processo, nomeadamente a volatilidade e descida do preço do bem agrícola, e a fragilização das estruturas locais e comunitárias.

Através da análise de fontes indiretas, iremos corroborar o argumento de que os choques de preço negativos no mercado de café provocaram, historicamente, uma intensificação da violência nas zonas produtoras (Dube and J F Vargas 2006; Rettberg 2010). Consequentemente, dada a perpetuação dos efeitos negativos do processo de liberalização e financeirização (J. Talbot 2002), este padrão pode repetir-se ou agravar-se. O foco na produção intensiva de matérias primas agrícolas, que são canalizadas para a exportação, é uma estratégia com consequências agressivas para o *campesino*, que deve adaptar-se a um mercado incerto, instável e sem controlo político. Por outro lado, a inserção dos *campesinos* nos mercados fica pelo plano retórico, dadas as difíceis condições de acesso aos fatores produtivos e ao conhecimento específico do seu funcionamento (Roa and Alvarez 1992).

4.3.1 As zonas produtoras de café isoladas da violência

Angelika Rettberg (2014), elaborou um modelo analítico para compreender de que forma os diferentes tipos de recursos legais, os seus mercados e variações de preço, interagem com a intensidade do conflito na Colômbia. Comparando dados de todo o país, a autora conclui que há diferentes causas para a presença dos grupos armados em determinadas regiões, de acordo com as características dos bens aí produzidos. Por exemplo, nas regiões produtoras de ouro ou petróleo, a principal razão para a presença destes atores é a existência de um recurso que pode ser facilmente explorado e cujos rendimentos podem ser controlados direta ou indiretamente. No caso das regiões produtoras de café, a autora repara que estas permaneceram relativamente isoladas ou protegidas da dinâmica de guerra, pelo menos até meados da década de 90 (Rettberg et al. 2014).

Existem vários fatores que ajudam a explicar porque é que as zonas produtoras de café se mantiveram relativamente protegidas e intocadas até ao final dos anos 90. Em primeiro lugar, as principais regiões produtoras, nomeadamente Caldas, Risaralda, Quindío e Antioquia, apresentavam indicadores de desenvolvimento humano superiores aos da média nacional rural, uma vez que o capital obtido através da produção de café era investido no desenvolvimento industrial e institucional. Deste modo, os habitantes das regiões cafeteiras tinham acesso a melhores níveis de saúde, educação, e tinham uma esperança média de vida superior à grande maioria dos colombianos. Este *milagre económico regional* foi permitido pelos preços de café elevados, garantidos pelo sistema internacional de quotas, e pela força institucional da FNC (Rettberg 2010).

O bom desempenho da economia do café a nível internacional, mas também a criação da FNC, uma organização quase-governamental, promoveram uma certa estabilidade macroeconómica na Colômbia, num contexto de grande volatilidade económica no resto da América Latina (Rettberg et al. 2014). A FNC funciona com base numa ampla rede de cooperativas consolidadas nas regiões produtoras. Com o aumento da importância do café na economia nacional, esta instituição foi dotada de mais competências: recolher taxas aos produtores; controlar a produção para garantir a qualidade do produto; realizar o *marketing* do café colombiano no estrangeiro, desenhar e implementar planos de desenvolvimento regional nas zonas rurais (Rettberg 2010).

A autora conclui que a paz relativa nas zonas cafeeiras se deveu à forte presença do Estado através da FNC, ao processo de tomada de decisão democrático e inclusivo a nível das cooperativas locais e à maior qualidade de vida da população cafeeira quando comparada com outros setores económico (Rettberg et al. 2014). Em suma, os grupos armados tinham mais dificuldade em penetrar e instalar-se nos municípios produtores de café porque, devido às condições socioeconómicas favoráveis, existiam poucos jovens desempregados e em situação de pobreza para recrutar, e estava consolidado um elevado nível de capital social devido à forte presença institucional da FNC e outras organizações locais.

Esta situação de relativo isolamento das regiões produtoras face ao conflito alterou-se com a crise do setor que sucedeu o fim do ICA, em 1989. A crise no mercado de café levou a uma descida abrupta dos preços, que se traduziu na fragilização das condições socioeconómicas dos cafeeiros e na diminuição das competências das organizações nacionais e locais responsáveis por regular o setor. Assim, iremos analisar em que medida estas consequências impactam a intensidade da violência armada. O novo paradigma económico, baseado na liberalização, elimina as considerações sociais e políticas da gestão dos mercados internacionais, o que pode contribuir para agravar as causas estruturais que alimentam um conflito prolongado.

4.3.2 Descida dos preços e intensificação da violência

A relação entre uma diminuição dos preços do café e, consequentemente, dos rendimentos do Estado e das famílias, e a intensidade de um conflito, é ambígua. Uma descida dos rendimentos da população pode diminuir o custo-oportunidade de filiação a um grupo armado. Por outro lado, também há menos pelo qual lutar e menos para cobrar, sendo, assim, importante complementar a reflexão com uma análise de outros fatores (Dube and Vargas 2013). A descida do preço internacional do café coincidiu com um aumento da violência nos municípios produtores, que até então tinham permanecido relativamente isolados da dinâmica do conflito.

Entre 1998 e 2003, o café perdeu 73% do seu valor no mercado internacional, sendo que os rendimentos dos agricultores foram reduzidos em 38% (Dube and Juan F Vargas 2006). No mesmo período, as zonas cafeeiras experienciaram mais 18% de ataques de guerrilhas, mais 31% de ataques paramilitares e 14% mais de mortes que as restantes áreas

do país (Dube and Vargas 2013). Enquanto em 1985, as guerrilhas estavam presentes em apenas 2% dos municípios dependentes da produção de café, esta percentagem subiu para 53% em 1995 e continuou a escalar a partir de então (Rettberg 2010). Os choques de preços negativos estão relacionados com um aumento da instabilidade política porque enfraquecem as instituições do Estado e as organizações locais, e criam problemas de gestão dos rendimentos a nível familiar.

Com o fim do ICA, em 1989, os países produtores escoaram os seus *stocks* no mercado internacional e o preço do café caiu 50% em apenas seis meses (Talbot, 2002). Os preços caíram enquanto novos atores entravam no mercado, sendo que a Colômbia perdeu a sua vantagem competitiva. A desvalorização do peso colombiano aumentou os custos de produção em 30%, sendo que estes já eram elevados. Ademais, a propagação da doença broca afetou 70% da área cafeeira no final dos anos 90 (Duque-Orrego 2004). Em consequência, os rendimentos gerados pelo setor do café a nível nacional diminuíram e as exportações caíram. Se no período 1950-1980, o café representava 80% das exportações colombianas, este número baixou para 15% nos anos 90 (Rettberg 2010).

Esta crise afetou particularmente os pequenos produtores, que não tiveram capacidade de se adaptar às novas circunstâncias devido aos constrangimentos económicos. Na Colômbia, o número de famílias a viver abaixo do limiar de pobreza nas regiões produtoras de café passou de 54% em 1997 para 61% em 2000 (Hallam 2003). Como já foi referido anteriormente, a descida do preço do café tem um impacto nas decisões microeconómicas dos produtores, que podem ter sido incentivados a vender e abandonar as suas terras, ou a substituir o cultivo de café por um cultivo mais rentável em tempo de conflito (Dube and Juan F Vargas 2006).

Assim, a crise no setor do café levou a um aumento do desemprego nas regiões produtoras, a um crescimento dos níveis de pobreza e má-nutrição, e das migrações para os centros urbanos. A força de trabalho do setor, que se caracteriza por ser rotativa, sazonal e migrante, enfrentou vários desafios com a crise económica, providenciando potenciais membros para os grupos armados (Rettberg 2010). Estes dados vão ao encontro da tese de Collier, que afirma que o aumento do desemprego junto das camadas mais jovens da população, aumenta o risco de conflito (Collier 2000).

Desta forma, importa agora analisar as mais recentes evoluções relativas ao preço do café, para averiguar como evoluiu este problema que se agravou nos anos 2000 e que permitiu uma intensificação da violência nas zonas produtoras. Em relação ao preço nominal do café, este tem diminuído de forma constante desde 2011, sendo que para a maioria dos produtores não chega a cobrir os custos de produção (Amrouk 2018). A nível nacional, a FNC assegura a compra de café aos produtores, sendo o preço definido a partir do preço de mercado, a taxa de câmbio em relação ao dólar e um prémio de referência para o café colombiano. Contudo, os agricultores, organizados em associações, podem vender o café diretamente a determinados compradores que procuram comprar um produto de maior qualidade. Desta forma, o preço de venda do café depende, em parte, da qualidade do bem produzido.

Segundo os dados recolhidos, os produtores que implementaram práticas e instrumentos para aumentarem e assegurarem a qualidade do café, com o apoio das associações e outras organizações não-governamentais, viram o preço de venda aumentar em 15,6%, passando do preço *standard*, que se situa entre os 700 000 e os 800 000 pesos colombianos por carga de café, para o preço de referência para um café de qualidade, que é por volta de 1 milhão de pesos. Já os custos de produção do café são de 780 000 pesos colombianos por carga, ou seja, 780 000 por 125 Kg, equivalente a 6,24 €/Kg. Os agricultores admitem que os custos são sempre iguais, sendo que apenas variam com a quantidade de café colhido. Assim, torna-se possível elaborar uma função que determina o rendimento obtido pelos

produtores no final do ano, em função do preço de venda do café, assumindo um volume de 1000 Kg vendidos ao ano²⁰.

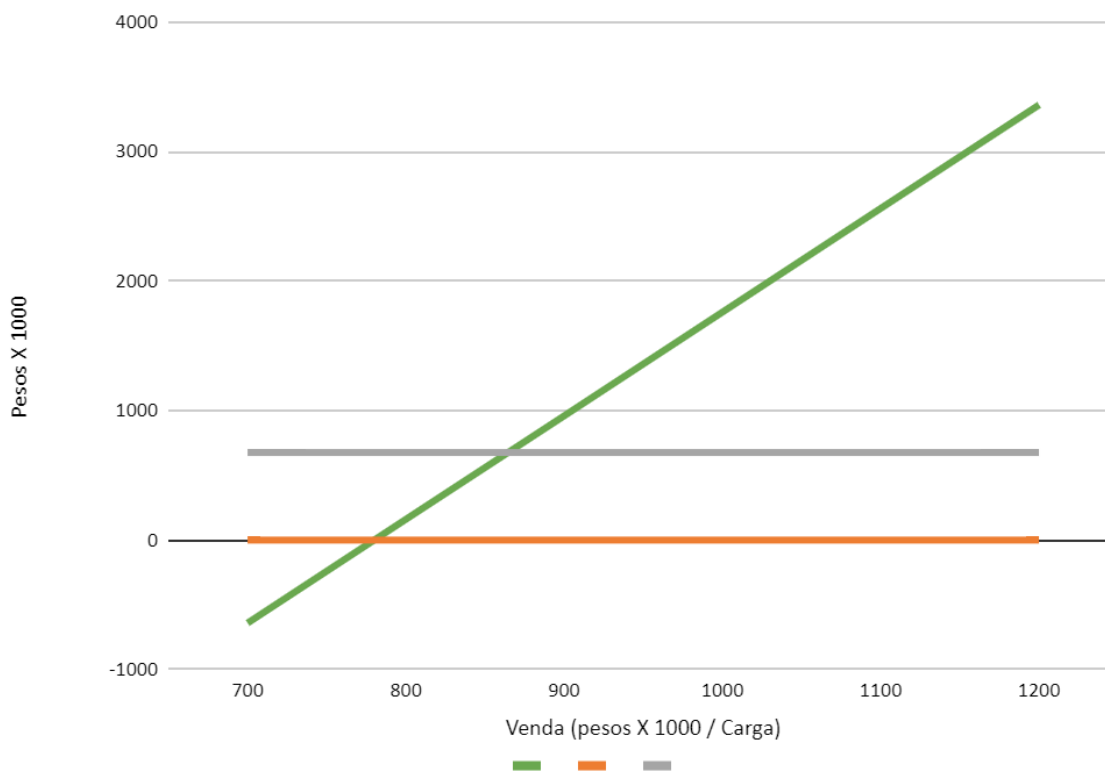


Figura 5 Evolução do lucro do produtor em função do preço de venda de cada carga de café.

Esta figura permite perceber a que preço o produtor tem que vender o seu café para ultrapassar o limiar de pobreza que, em 2018, era de 676 740 pesos para uma família vivendo em zonas rurais, e que está representado no gráfico pela linha cinzenta (DANE 2018). Para que o produtor saia do limiar da pobreza, o seu lucro anual terá de ser igual ou superior a aproximadamente 675, logo: $(x - 6,24) \times 1000 = 675$, sendo que $x = 675 / 1000 + 6,24 = 6,916/\text{kg}$ ou $6,916 \times 125 = 864,5/\text{carga}$. Assim, um produtor que produza 1000kg de café por ano terá de vender cada carga de 125 Kg a 864 500 pesos colombianos para atingir o limiar da pobreza. De igual forma, para um preço de venda inferior a 780 000 pesos por carga o produtor terá prejuízo. Este cenário pode mudar se o produtor reduzir os custos de produção, o que, tal como referimos anteriormente, se assemelha difícil, ou se aumentar a sua produção anual.

²⁰ Os produtores entrevistados vendem, em média, 1000 kg de café ao ano (60 respostas).

Os produtores que integrem organizações que ofereçam formação no sentido de os capacitar a melhorar a qualidade do café e a encontrar clientes, podem atingir o preço necessário para saírem de uma situação de pobreza. Contudo, estes esforços são minados pela extrema volatilidade dos preços no mercado internacional de café. A FNC afirma, ao analisar o período entre 1944 e 2017, que a volatilidade do preço do café é de 39% anualmente, sendo que, frequentemente, se observam descidas de 60% no espaço de 18 meses. De seguida apresentamos uma tabela que mostra a média mensal do preço interno base de compra do café colombiano, para ilustrar esta situação de volatilidade. Podemos observar que, em 2019, apenas nos meses de novembro e dezembro é que o preço de compra se elevou acima dos 864 500 pesos.

janv-19	727 274
févr-19	708 089
mars-19	690 581
avr-19	680 567
mai-19	724 065
juin-19	779 917
juil-19	796 484
août-19	798 935
sept-19	815 450
oct-19	819 581
nov-19	909 600
déc-19	999 129
janv-20	886 161
févr-20	909 103
mars-20	1 143 194

Figure 2 Evolução do preço interno base de compra do café colombiano. Pesos por carga de 125 Kg. Dados da FNC.

Segundo as conclusões apresentadas no relatório da Organização Internacional de Café, de 2019, existe uma relação positiva entre preços de café elevados, estabilidade política e igualdade na distribuição dos rendimentos. Isto porque os benefícios produzidos por um aumento dos preços vão afetar as camadas mais pobres da população, reduzindo, desta forma, a desigualdade. Pelo contrário, esta consequência não se verifica para os bens não-

agrícolas, como o petróleo, onde os lucros são mais facilmente monopolizados pelas elites, dependendo do modelo de governação do Estado. Os preços do café, através do seu impacto no desenvolvimento económico, podem ter efeitos indiretos positivos na coesão social, no ambiente empresarial e no quadro legislativo dos países produtores (International Coffee Organization 2019).

O café não é um bem essencial, sendo que as estratégias que visam um equilíbrio de mercado através do fomento da procura e da criação de necessidades, acabam por danificar os ecossistemas onde o café é produzido, obrigando os agricultores a seguirem uma lógica de intensificação da produção. A redução da oferta pode ser uma estratégia igualmente eficaz com vista a aumentar o preço do café, mas esta teria que ser articulada entre os países produtores e consumidores, através de uma cooperação política e não meramente económica. Esta orientação do mercado segundo considerações políticas, acerca da qualidade de vida dos produtores, da segurança alimentar, da preservação dos ecossistemas, etc., pode ser benéfica para abrir caminho para uma paz sustentável.

Ao longo das entrevistas realizadas, os produtores foram inquiridos em relação ao que faziam com o dinheiro, quando conseguiam gerar um excedente no final do ano. Apresentamos, de seguida, algumas das respostas, que ilustram o argumento de que um aumento no preço do café contribui para uma melhoria das condições de vida dos agricultores.

Pagar aos trabalhadores.

Pagar dívidas.

Investir em melhorias na habitação e conseguir comprar fertilizantes.

Consegui avançar com algumas coisas. Comprei algum gado e também algumas coisas para a casa, como um frigorífico e uma televisão.

Estamos a pensar construir uma cozinha. Também gostaríamos de trabalhar um pouco menos e de melhorar a qualidade do café.

As vantagens do comércio de café são indubitáveis para as comunidades produtoras, tendo permitido o desenvolvimento e estabilidade nestas regiões. Os benefícios assegurados pela indústria do café tiveram nomeadamente um impacto positivo na manutenção da paz. Contudo, isto deveu-se a um contexto histórico específico, caracterizado por preços elevados, dinâmicas de industrialização, investimentos nacionais e uma grande força associativa e institucional. Sob o paradigma atual, a integração vertical e a concentração de mercado consolidaram o poder negocial das empresas agroindustriais e transnacionais, com capacidade de extrair rendas cada vez maiores nos vários nós da cadeia de produção. Este modelo tem consequências nefastas para a estabilidade do país, ao provocar a degradação de recursos naturais, deslocações forçadas, e insegurança alimentar devido a um aumento da exportação de bens agrícolas (Bello 2020).

4.3.3 Degradação do tecido social e intensificação da violência

As oportunidades oferecidas pelo enfraquecimento da economia do café e das instituições sociais a ela associadas, ofereceram um terreno fértil para a estratégia de expansão e consolidação dos grupos armados (Rettberg 2010). Em maio de 1990, a Coordenadora Guerrilheira Simon Bolívar²² anunciou a sua intenção de ganhar controlo sobre o “coração do café na Colômbia”, em protesto contra o fim do ICA, e de aumentar a presença das guerrilhas nesta área estratégica, essencial para estabelecer trocas comerciais entre as principais cidades: Bogotá, Medellín e Cali. Em 2000, a atividade armada no eixo cafeteiro tinha, assim, triplicado em relação aos valores dos anos 90 (Rettberg 2010). Para além disso, o enfraquecimento do tecido associativo contribuiu para a diminuição do capital social nas regiões produtoras de café, facilitando a entrada dos grupos armados.

As mudanças na governação internacional levaram a uma reestruturação das instituições a nível nacional, com cortes nos investimentos. Com a emergência do novo paradigma económico, os países produtores foram pressionados a reduzir as funções das instituições

²¹ Excertos de entrevistas realizadas a produtores de Tolima (5 de dezembro de 2019) e de Nariño (25 de novembro de 2019). As entrevistas aos produtores de Tolima foram efetuadas por chamada telefónica. As entrevistas em Nariño foram realizadas por Sabely Yandar, na sede da Associação Aguacates.

²² Grupo criado no final da década de 1980, na tentativa de criar uma frente comum entre as diferentes guerrilhas colombianas. Este esforço de unificação acabou por falhar devido a divergências entre os grupos.

estatais no setor do café, que deveriam abandonar o monopólio das exportações a nível nacional e abrir portas a exportadores privados (J. Talbot 2002). A crise levou a um questionamento profundo relativamente à pertinência da institucionalização da cafeicultura e houve uma reestruturação das organizações para serem estruturas mais flexíveis, menos custosas e mais adaptáveis às novas situações (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019). A FNC, na Colômbia, não desapareceu, porque tinha muita legitimidade juntos dos produtores, mas foi bastante enfraquecida no período que seguiu o *crash* de 1989 (Talbot, 2002).

A FNC passou a gerar elevados défices e mostrou-se incapaz de garantir a estabilidade dos preços (Rettberg 2010). Até ao início dos anos 90, as regiões produtoras de café apresentavam melhores indicadores de qualidade de vida que as não-produtoras, devido aos investimentos por parte dos Comités de Cafeicultores apoiados pelos recursos da FNC. A crise do setor impediu que se mantivessem este tipo de investimentos e os indicadores sociais passaram a convergir com os das zonas rurais não-produtoras. O papel histórico da FNC na melhoria das condições de vida dos produtores é reconhecido pelos mesmos, sendo que a redução das suas capacidades pode ter efeitos prejudiciais. Em resposta à pergunta *“pode o café ser sinónimo de desenvolvimento?”*, uma produtora refere que a FNC permitiu a construção de diversos projetos de âmbito social, tendo contribuído para o fortalecimento das regiões produtoras.

O café sempre permitiu o desenvolvimento. Porque quem investiu nas zonas rurais foi a Federação: em escolas, postos de saúde, estradas... Estas são obrigações do Estado, mas o Estado nunca as cumpriu. E, na verdade, quando um produtor precisa de algo, pensa primeiro na coletividade, não vai discutir com a Câmara. Então, se a Federação o fez no passado, penso que o poderá voltar a fazer no futuro.²³

Ao mesmo tempo que o novo paradigma económico expõe os agricultores a um estado de risco e de urgência permanentes, as medidas de desregulação e de mercado livre impedem o Estado de investir na reconstrução de infraestruturas e instituições (Pugh et al. 2004).

²³ Excerto de entrevista realizada a uma produtora do departamento de Cauca, no dia 18 de outubro de 2019, na Expo Café, em Bogotá.

Desta forma, à vulnerabilidade política e económica soma-se a falta de segurança social, o que alimenta ressentimentos e sujeita as populações rurais às consequências de qualquer choque externo (Goodhand 2012). Desta forma, ao mesmo tempo que o processo de liberalização preconiza a abertura dos mercados, apela ao fortalecimento das comunidades locais (Duffield 2010). Neste processo, o risco é normalizado e as causas estruturais que geram problemas socioeconómicos, que podem intensificar determinadas formas de violência, são ofuscados.

Ou seja, o fim do ICA contribuiu para a deterioração das economias regionais nas zonas produtoras de café e criou um vazio institucional que foi preenchido por atores e atividades ilegais. A descida abrupta do preço do café, aquando o rompimento do ICA, degradou as condições de vida dos produtores e a sua capacidade organizativa, aumentando a instabilidade política e tornando estas zonas permeáveis aos interesses privados (Dube and J F Vargas 2006; Dube and Vargas 2013; Rettberg et al. 2014).

Através da análise dos dados recolhidos, é possível observar que a questão do preço de café não foi resolvida, sujeitando os produtores a uma situação de permanente instabilidade e falta de segurança económica. Para além disso, as mudanças de governação observadas, tanto a nível internacional como nacional, podem agravar esta dinâmica, expondo os agricultores aos problemas estruturais que afetam o campo colombiano.

O Acordo de Paz, assinado em 2016 entre o governo e as FARC, bem como as negociações que o antecederam, criaram uma janela de oportunidade para responder às desigualdades históricas que afetam a sociedade colombiana, que se manifestam na estrutura agrária e na propriedade da terra (Rettberg 2018). O Acordo previa, como pilar central da construção da paz, uma Reforma Rural Integrada, de forma a erradicar a pobreza extrema, a reduzir as desigualdades entre zonas rurais e urbanas, a fortalecer a *economia campesina* e a facilitar o acesso à terra para as famílias e comunidades (Presidencia de la República and FARC-EP 2016).

A reforma rural deveria conduzir a um acesso mais equitativo à propriedade da terra e a uma melhoria do nível de vida das populações, contribuindo, assim, para responder às causas estruturais que alimentam a violência. O documento prometia a integração regional de diferentes territórios e a melhoria das condições socioeconómicas no campo. Este plano

previa, ainda, a promoção da “*economia campesina, familiar e comunitária*”, que deveria dirigir-se prioritariamente à promoção dos mercados locais e regionais e ao fomento da produção e do consumo de alimentos nacionais (Presidencia de la República and FARC-EP 2016).

No entanto, a atual estratégia do governo parece limitar e constranger estes potenciais benefícios. O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (PND), apresentado pelo atual presidente, Iván Duque, orienta a estratégia de desenvolvimento agrário do país para a lógica ortodoxa do comércio internacional: a abertura ao exterior, a exploração de vantagens comparativas e o aumento da produtividade como critério de competitividade (Iglesias and Jiménez 2018). Assim, o PDN Dado o contexto de governação internacional do setor do café e o seu impacto a nível local, o modelo de desenvolvimento apresentado pelo presidente Duque incorre no risco de agravar as condições socioeconómicas nas regiões produtoras, por não privilegiar a economia nacional e não estar adaptado às necessidades locais, tais como assegurar a segurança alimentar da população.

Para além disto, ainda que em 2018 tenham sido aprovados os Planos Nacionais para a Reforma Rural Integrada, um relatório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos afirma que, em 2019, não se observaram quaisquer avanços na sua implementação. O orçamento para 2020 das instituições responsáveis por implementar a Reforma foi inclusivamente reduzido (Unidas 2020).

A análise multinível permitirá compreender de que forma os modos de governação internacional e nacional se articulam para criar um contexto propício a uma atenuação do conflito, ou, pelo contrário, desfavorável ao processo de construção da paz. Sugere-se que a construção de um sentimento de segurança social e económica é um vetor essencial para fortalecer as comunidades rurais que mais sofreram com a violência. No entanto, as políticas de abertura ao comércio mundial e de liberalização do mercado do café não respondem a esta necessidade. Os produtores entrevistados afirmam que o governo peca por não oferecer um quadro de proteção aos agricultores e por não adotar mecanismos políticos de regulação do setor.

O Estado não nos ajuda, deveria dar-nos subsídios ou alguma forma de proteção.

O Estado nunca ajuda o produtor, se quisesse ajudar definia um preço mínimo.

As ajudas que há chegam às associações, a forma como se dá as ajudas é ineficiente e não resolve os problemas dos produtores, são ajudas mínimas. E existe muita corrupção.²⁴

O Estado parece agravar a vulnerabilidade dos produtores ao negar de forma sistemática a atribuição de direitos, tais como o direito à proteção social ou ao saneamento básico. Desta forma, expõe os trabalhadores rurais a uma situação de insegurança, onde qualquer choque vai provocar uma forma de adaptação que pode ser facilitada por grupos violentos (Bello 2020). No livro *Insegurança rural e associatividade*, Elena Orozco e os restantes autores, concluem que as organizações não-governamentais podem ser consideradas como uma forma de enfrentar um conflito, contribuindo para a diminuição das tensões sociais e políticas e ajudando os atores envolvidos a defenderem-se contra a violência.

Simultaneamente, abrem espaço para modelos de organização económica mais distributivos e consolidam o capital social nas zonas onde atuam, limitando o campo de ação dos grupos que recorrem à violência (Orozco, Forero, and Wills 2013). Uma reposta estratégica ao sentimento de insegurança passa, então, pela organização e ação coletiva, que integrem o indivíduo numa rede social de proteção informal. Alguns autores referem, ainda, que a valorização de propostas associativas no setor rural pode contribuir para o desenvolvimento de uma estrutura produtiva em que os processos de decisão sejam mais inclusivos e adaptados às necessidades regionais (Jimenez 2017).

Um dos entrevistados, afirma que a principal necessidade dos produtores de café é terem alguma estabilidade, tanto a nível dos rendimentos, como no simples fato de poderem cultivar sem receio de serem expulsos das suas terras. O *campesino* e empreendedor, tem como ambição desenvolver um projeto cooperativo que envolva 350 famílias, para que estas possam comercializar um café de qualidade. Contudo, reforça que o governo não incentiva nem facilita a criação de projetos que emanam do nível local.

²⁴ Excertos de entrevistas realizadas a produtoras dos departamentos de Cundinamarca (19 de outubro de 2019), de Antioquia (19 de outubro de 2019) e de Tolima (5 de dezembro de 2019). As entrevistas às produtoras de Cundinamarca e Antioquia foram realizadas na Expo Café, em Bogotá. A entrevista à produtora de Tolima foi efetuada por chamada telefónica.

Queremos que mais de 350 famílias se unam ao nosso projeto. A ideia é que cultivem pouco, que controlem a produção e que obtenham uma boa qualidade, para vendermos a um bom preço. (...)

No que toca ao café, o governo ajuda muito através da FNC. Mas não é fácil ter cultivos na Colômbia, ser agricultor, é um tema muito complicado. As políticas do governo são más porque não nos protegem. Por exemplo, nós também produzimos alfafa, mas importamos alfafa de todo o lado, da Argentina, do Canadá, etc. Penso que o governo deve pensar mais na produção nacional. A Colômbia é um país agrícola, mas nós não temos as vendas asseguradas. Não existem seguros para os produtores, nunca existiram. Nunca existiu na Colômbia uma política de proteção para os agricultores. Nós, os agricultores, podemos gerar um impacto mais positivo na nossa região que as pessoas que efetivamente detêm os recursos. Mas também não nos dão oportunidades de constituir empresa, a carga tributária é muito grande, está nos 70%.²⁵

O governo, inspirado pelas ideias neoliberais de Estado mínimo (Dyer 2019), parece não conseguir promover uma estabilização das zonas rurais e responder às necessidades dos produtores que, segundo os mesmos, passam pela capacitação, pela redução dos custos de produção, pela construção de infraestrutura e pela proteção social. Consequentemente, estas responsabilidades recaem sobre as organizações não-governamentais e as associações e cooperativas locais que, mais uma vez, aparecem como atores chave pela sua capacidade de dialogar com os produtores e de construir projetos adaptados às suas necessidades.

A maioria dos cafeicultores entrevistados afirma que não poderia continuar a cultivar café sem a ajuda destas entidades, sendo que a comercialização seria impossível. Observam, ainda, que as organizações não-governamentais são uma forma de se manterem atualizados, de receberem formação, de terem acesso às ajudas governamentais, e de se organizarem de forma a serem ouvidos.

Estaria mais atrasado nos processos e desatualizado.

²⁵ Excerto de entrevista realizada a um produtor do departamento de Cundinamarca, no dia 15 de setembro de 2019, em Mosquera, Bogotá.

Individualmente, o processo de produção torna-se mais lento.

A comercialização seria impossível.

Estaria desamparado.

As associações e as organizações não-governamentais ajudam-nos muito, na capacitação e para encontrar clientes.²⁶

A ineficácia do Estado em construir capacidades para a paz, por não valorizar as vivências rurais e os recursos agrários, que têm grande importância a nível cultural e histórico, é complementada com iniciativas por parte das organizações não-governamentais ou híbridas, que se afirmam como um poderoso e vibrante motor para a mudança. Vários projetos visam promover as capacidades locais, através do estímulo da produção agrícola, numa lógica de preservação ambiental, inclusão social e promoção de uma cultura de paz e legalidade (Rettberg 2018).

Na floresta de San Lucas, por exemplo, o processo de desflorestação tem acelerado devido à intensificação da atividade mineira e ao cultivo de substâncias ilícitas. O grupo WebConserva tem dirigido um projeto cujo objetivo é unir os produtores de café da região para que estes fortaleçam os seus cultivos, que podem servir de barreiras naturais protetoras para proteger a biodiversidade (Reuters, 2020). O projeto Economias Sociais do Comum, estabelecido por ex-membros das FARC, visa a reincorporação e reintegração de ex-combatentes, dinamizando vários projetos de formação no cultivo de café.

Existem ainda inúmeros projetos para ajudar os trabalhadores rurais a substituírem cultivos ilícitos, como a coca, por café. Contudo, há que notar que a substituição dos cultivos de coca para o café torna a atividade agrícola menos rentável devido aos preços baixos deste último. Ao mesmo tempo, os cultivos ilícitos são promovidos, protegidos e controlados por grupos armados, que aproveitam as terras cafeteiras abandonadas ou vendidas à força (Samper et al. 2013). Assim, estas estratégias, apesar de relevantes, só poderão ser bem-

²⁶ Excertos de entrevistas realizadas a produtores do departamento de Meta, consultadas na base de dados sociais da empresa Innovakit. Excertos de entrevistas realizadas a produtores de Tolima (5 de dezembro de 2019) e de Nariño (25 de novembro de 2019).

sucedidas se forem acompanhadas de políticas de proteção dos produtores a nível nacional e de estabilização dos preços a nível internacional.

Na última década, a expansão do controlo territorial por parte de grupos paramilitares, a produção de cultivos ilegais, a promoção do grande agronegócio e a corrupção, continuam a promover uma geografia desigual no que toca ao acesso aos recursos e ao controlo da terra, que exacerba as dinâmicas de despossessão que historicamente resultaram numa intensificação da violência (Ojeda 2012). Neste quadro, os pequenos produtores continuam a ser os atores que mais saem afetados, por lhes faltar poder económico e político para se defenderem (Berry 2017).

A valorização dos recursos agrícolas e das economias nacionais e locais poderia reduzir os riscos associados à grande volatilidade dos rendimentos derivados da exportação e dos preços também voláteis dos bens alimentares (Clapp 2017). Ao mesmo tempo, este processo de valorização de determinados recursos e modelos produtivos poderia servir para consolidar capacidades para a paz ao fortalecer o tecido social nas zonas rurais.

5. CONCLUSÃO: O CAFÉ E A CONSTRUÇÃO DA PAZ

As matas de café fazem parte da paisagem e as folhas desta planta, que se assemelha a um arbusto, espessas e de um verde escuro, cobrem as encostas de um tom místico. Apesar do café se integrar perfeitamente nos acidentados terrenos colombianos, esta planta é originária do lémen, tendo sido introduzida no país sul-americano em 1880. O cultivo de café moldou a sociedade colombiana, profundamente agrária, orientando os desenvolvimentos sociais e políticos do país. A história do café cruza-se com as micro-histórias dos *campesinos* e com a macro-história da Colômbia, marcada por décadas de violência.

O café é um dos bens mais valiosos exportados desde os trópicos, tendo estado, desde o início da sua produção, ligado às redes de comércio internacional (Rettberg 2010). Desde o estabelecimento da divisão mundial do trabalho, aquando a hegemonia inglesa no século XVII, as antigas colónias mantiveram-se numa posição subordinada, exportando os bens primários que deveriam alimentar a máquina industrial nas metrópoles (J. Talbot 2002). A estrutura desigual do SI parece não ter mudado significativamente, sendo que o comércio continua a ditar posições de hegemonia e situações de desequilíbrio.

Com a expansão do capital financeiro iniciada nos anos 70, as grandes multinacionais consolidaram o seu poder de mercado, graças à sua capacidade para controlar os fluxos de informação e as cadeias produtivas, criando um novo contexto desfavorável para os exportadores de matérias primas e para as suas organizações nacionais (J. Talbot 2002). O abandono dos mecanismos de regulação política dos mercados evidenciou ainda a dificuldade dos países produtores cooperarem entre si, num SI que privilegia a competição ao invés da complementaridade (Solón, 2020).

As desigualdades que se estabelecem a nível internacional transmitem-se e reforçam as desigualdades internas de cada país (Azar and Farah 1981), sendo fundamental estudar de que forma estas se articulam. Este trabalho partiu do princípio de que os determinantes económicos, mediados pelas estruturas de governação internacionais, têm um impacto nas condições sociais e políticas a nível local. Ao adotar uma visão multinível, este projeto visa enriquecer a literatura existente, relativa à paz híbrida e aos recursos pelos quais vale a

pena lutar, ao aprofundar as *inter-relações* que se estabelecem entre o sistema de comércio internacional, as decisões microeconómicas dos produtores e o tecido social nas comunidades rurais.

Nos mercados desregulados, os condicionantes económicos não são sujeitos a qualquer consideração política. Desta forma, este quadro pode ser contraproducente para a atenuação da violência em caso de conflito prolongado, uma vez que não empodera as populações, vistas como meros recipientes das normas que emanam dos níveis superiores (MacGinty and Richmond 2013), o que enfraquece, por sua vez, a democracia (Pugh 2005) e dificulta a construção de um capital social positivo e inclusivo.

No caso do café, os modos de governação do setor vão influenciar a forma como o preço do produto é definido e transmitido aos produtores, bem como a estrutura do mercado e a natureza da competição. Na Colômbia, a cafeicultura pauta-se pela instabilidade dos rendimentos, pela baixa produtividade e pelas barreiras de acesso ao mercado, que fazem com que o pequeno produtor esteja exposto a uma situação de permanente vulnerabilidade (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019). A falta de *estabilidade e segurança* em meio rural, tanto a nível económico como social, pode contribuir para uma intensificação da violência.

Por exemplo, os choques de preço vão influenciar a intensidade da violência a nível local, por resultarem num desequilíbrio temporário ao qual as populações terão que se adaptar, sendo provável que esta mudança afete principalmente as suas decisões de curto prazo, como o custo-oportunidade de lutar (Bazzi and Blattman 2017), ao invés das decisões de longo prazo, como a captura do Estado ou a ganância pela predação de recursos (Collier 2000). Para além disso, argumentámos que os choques de preço negativos podem também fragilizar a capacidade das organizações comunitárias ou locais para responder às necessidades das populações.

As descidas do preço do café afetam os rendimentos das famílias dependentes do cultivo deste recurso, assim como as suas decisões microeconómicas. A literatura revela que os trabalhadores rurais podem decidir juntar-se a um grupo armado caso não consigam suprir as suas necessidades de outra forma (Dube and Vargas 2013). Contudo, os produtores entrevistados afirmam nunca ter considerado esta opção, nem mesmo substituir o cultivo

de café por outra planta mais rentável. Assim, segundo os dados recolhidos, os choques de preço parecem não resultar necessariamente numa maior taxa de filiação a grupos armados.

Uma possível explicação para este fato é a importância social e cultural do café para as comunidades rurais na Colômbia, que encaram o cultivo como uma fonte de rendimento rentável e digna, bem como o período escolhido para realizar o trabalho de campo. Após a assinatura do Acordo de Paz, o café surgiu no debate público como um cultivo capaz de resolver alguns dos problemas que assolam o país sendo que os benefícios derivados da sua exploração são distribuídos pelas comunidades rurais. A cultura pode ainda servir como substituto para as plantas ilícitas e ter efeitos positivos para a regeneração ecológica das regiões.

Deste modo, diferentes iniciativas governamentais e extragovernamentais defendem o potencial da produção de café para a reintegração de ex-combatentes, para a substituição de cultivos ilícitos ou para a reconstrução do meio rural. A *cafeicultura* representa um capital social estratégico para o país, pela sua capacidade de dinamizar a economia regional e pelo seu potencial na redução da pobreza, pois os rendimentos derivados desta atividade são distribuídos por mais de 25% da população rural (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019).

No entanto, de um ponto de vista empírico, este trabalho conclui que o atual governo colombiano parece limitar os potenciais benefícios derivados da produção de café e entrava uma aplicação efetiva do Acordo de Paz, ao adotar uma noção de desenvolvimento mais voltada para o crescimento económico que para as noções de bem-estar e *buen vivir*²⁷. O PND tem como eixo central a melhor inserção da Colômbia na economia mundial, encarando este processo como uma forma de passar de uma situação de atraso para uma de modernidade (Gobierno de Colombia 2019).

²⁷ Filosofia social ancorada em cosmovisões andinas, que tem como pilar central a profunda inter-relação entre os seres humanos e a natureza, bem como o reconhecimento da interdependência entre todas as coisas. Tem sido um conceito central em vários movimentos na América Latina, tendo sido mobilizado, por exemplo, na presidência de Evo Morales na Bolívia (Solón, 2019).

Esta estratégia, ao privilegiar atividades rentáveis a curto prazo e lógicas de privatização da gestão dos recursos, contribui para a marginalização e fragilização das populações que dependem da terra e dos recursos aí produzidos (Shiva 2004). O sistema económico afasta-se, assim, progressivamente, das relações sociais no qual está inserido (Polanyi 2001). O resultado é sistema de distribuição dos custos-benefícios desigual, que favoriza o Estado e os grupos a ele afiliados, em detrimento das populações, sendo que, a longo prazo, pode suscitar ressentimentos (Roy 2018).

Para além de afetarem o capital das famílias e dos Estados, os choques de preço podem também impactar as capacidades das organizações comunitárias ou locais, encarregues de providenciar estabilidade económica e serviços sociais às populações rurais. A fragilização destas estruturas pode agravar o sentimento de insegurança dos produtores face às variações de rendimento, ficando estes mais expostos às pressões exercidas por parte de grupos privados que aplicam práticas de extorsão.

Os territórios das comunidades ancestrais, como os povos indígenas ou os *campesinos*, estão frequentemente localizados em terras ricas em recursos. Os grupos armados e grandes empresas impõem pressão para se apoderarem das terras de forma a implementar atividades extrativistas, projetos industriais, ou cultivos de drogas. Muitas vezes, estes atores utilizam violência, ameaças, ou homicídios de forma a intimidar e silenciar a oposição, como os líderes sociais comunitários que encabeçam as campanhas contra os deslocamentos forçados (Dyer 2019).

As variações de preço, a instabilidade dos mercados, bem como a coerção exercida por parte dos grupos que prosseguem interesses económicos particulares, podem forçar os produtores a abandonar as suas *fincas* e a migrar para os centros urbanos. O esvaziamento das zonas rurais, entregues à lógica produtivista, e a concentração das populações em territórios limitados, podem vir a redefinir os limites do conflito colombiano e contribuir para uma maior concentração da violência nas cidades (Moura 2005).

Após o rompimento do ICA, sob o novo paradigma económico, o Estado foi pressionado a diminuir as suas competências e a facilitar os investimentos estrangeiros de modo a potenciar o crescimento económico. Esta reestruturação levou ao desaparecimento de certos órgãos públicos e a uma menor intervenção do Estado no setor *cafeteiro*. No caso

da Colômbia, a fragilização da FNC após o rompimento do sistema de quotas e a sucessiva crise no setor, abriu uma janela de oportunidade para os grupos armados e narcotraficantes penetrarem nas zonas produtoras de café (Rettberg 2010).

Aquando o processo de liberalização do setor, as organizações não-governamentais ou quási-governamentais também saíram enfraquecidas, devido aos processos de reestruturação que as levaram a ser mais flexíveis e a abandonar certas funções. Neste sentido, os *cafeicultores* tiveram que passar a assumir os riscos inerentes à produção e os custos de adaptação às novas condições de mercado, enquanto as empresas transnacionais definiam as normas que eles deveriam seguir (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia 2019). Assim, os produtores ficam expostos a uma dupla situação de insegurança, não só relativa à pressão exercida pelos grupos com interesses privados, mas também económica.

Os fatores supramencionados parecem indicar que, ao contrário do que afirma Collier (Collier 2000), a desregulação dos mercados e o princípio de competição podem ser prejudiciais para a construção da paz, ao agravarem situações de vulnerabilidade pré-existentes, por deixarem o *cafeicultor* desprotegido face ao peso de determinados atores com capacidade de coerção e face às variações de preço e rendimento. A liberalização económica cria e agrava desigualdades estruturais e globais; impede, pelo menos no Sul, processos de integração regional, e é geralmente acompanhada de uma diminuição da capacidade e soberania dos Estados. (Selby et al. 2008). Estas consequências negativas são ainda mais expressivas para recursos cujo comércio foi erigido pelo colonialismo e que impactam fortemente as famílias e populações mais vulneráveis nos países produtores.

Ao contrário do que é defendido nos trabalhos de Collier, a produção de determinados recursos naturais pode participar numa atenuação da violência em contexto de conflito prolongado, ao fomentar um capital social positivo, preservando as tradições de associativismo, assim como práticas culturais e intergeracionais. Ao mesmo tempo, os bens agrícolas podem contribuir para a preservação dos ecossistemas, ao contrário do que acontece nos setores extrativos, por exemplo. Contudo, a orientação da produção de café para uma lógica pura de mercado, desvincula o cultivo da sua dimensão social, política e ambiental.

Então, de que forma é que os recursos agrícolas podem contribuir para amenizar a violência a nível local? Para que isto aconteça, esta análise corrobora o argumento de que a produção deve estar inserida num modelo de gestão mais inclusivo e redistributivo, que valorize e empodere as comunidades que dependem destes bens e que proteja os ecossistemas onde eles estão inseridos. Neste sentido, parece importante capacitar as organizações locais, facilitar o seu acesso ao mercado e incluí-las nas estruturas de governação do setor. O fortalecimento das organizações locais pode servir para contrabalançar o poder dos oligopólios e o poder especulativo dos mercados (Selby et al. 2008).

Como vimos, os fatores internacionais e locais interagem entre si, sendo que esta relação produz um determinado contexto que pode ser favorável à paz, ou, pelo contrário, exacerbar a violência. Se o nível local estiver exposto aos condicionantes criados a nível internacional, sem ter poder para os moldar, as situações de fragilidade e subordinação, que expõem as populações mais vulneráveis a qualquer choque externo serão perpetuadas.

Por outro lado, a democratização, tanto da esfera política como económica (Martínez Collazos 2017), bem como o reconhecimento da pluralidade económica, onde os princípios de redistribuição, reciprocidade e gestão familiar são reconhecidos juntamente com o de mercado (Laville et al. 2015), podem contribuir para aumentar o sentimento de segurança em meio rural. Durante um conflito prolongado, a violência é gerada a nível local, através de dinâmicas de discriminação, desvantagem e exclusão. Em consequência, os atores locais devem estar envolvidos em qualquer processo que vise responder às causas estruturais de um conflito.

A terra, especialmente nos países latino-americanos, é uma das bases do poder político e está relacionada com uma determinada estrutura social, não devendo ser considerada um simples fator produtivo, com risco de se agravarem tensões entre diferentes grupos (Jimenez 2017). Assim, alguns autores afirmam que seria importante pensar novas geografias de poder, valorizando propostas associativas ou cooperativas que emanem das comunidades *campesinas*, de forma a transformar as economias de mercado, para que

estas possam abarcar outros princípios económicos, outras formas de viver e de produzir (Jimenez 2017; Selby et al. 2008).

Este trabalho visou expor o impacto de um choque de preço negativo no mercado do café nas dinâmicas de violência a nível local, analisando a sua influência nas decisões microeconómicas dos produtores e na qualidade do tecido social em meio rural. À luz das conclusões desta análise, seria pertinente mais aprofundadamente a potencial contribuição das organizações não-governamentais que atuam a nível local para a construção de capacidades para a paz.

BIBLIOGRAFIA

- Aguilar-Forero, Nicolás, and Germán Muñoz. 2013. "La Condición Juvenil En Colombia: Entre Violencia Estructural y Acción Colectiva." *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* 13 (2):1021–35.
- Akiyama, Takamasa, John Baffes, Donald Larson, and Varangis Panos. 2001. *Commodity Market Reforms: Lessons of Two Decades*.
- Amrouk, Elmamoun. 2018. *Depressed International Coffee Prices: Insights into the Nature of the Price*.
- Arcilla, J. 2007. "Crecimiento y Desarrollo de La Planta de Café." Pp. 22–60 in *Sistemas de producción de café en Colombia*.
- Azam, Geneviève. 2017. "Degrowth." Pp. 59–76 in *Systemic Alternatives: Vivir Bien, Degrowth, Commons, Ecofeminism, Rights of Mother Earth and Deglobalisation*. La Paz: Fundación Solón/Attac France /Focus on the Global South.
- Azar, Edward E., and Nadia Farah. 1981. "The Structure of Inequalities and Protracted Social Conflict: A Theoretical Framework." *International Interactions* 7(4):317–35.
- Azar, Edward E., Paul Jureidini, and Ronald McLaurin. 1978. "Protracted Social Conflict; Theory and Practise in the Middle East." *Journal of Palestine Studies* 8:41–60.
- Bazzi, By Samuel, and Christopher Blattman. 2017. "Economic Shocks and Conflict : Evidence from Commodity." 6(4):1–38.
- Bejarano, Ana Maria. 2003. "Protracted Conflict, Multiple Protagonists and Staggered Negotiations: Colombia, 1982-2002." *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies* 28(55–56):223–47.
- Bello, Walden. 2020. "Never Let a Good Crisis Go to Waste: The Covid-19 Pandemic and

- the Opportunity for Food Sovereignty.” *Focus on the Global South*.
- Benitez, Raul. 2019. *Panorama de La Seguridad Alimentaria y Nutricional 2019 En América Latina y El Caribe*. Vol. 1.
- Bernal, Oscar. 2016. “Hacia La Sostenibilidad Cafetera Un Análisis de Política Pública.” Universidad de los Andes.
- Berry, R. Albert. 2017. “Reflections on Injustice, Inequality and Land Conflict in Colombia.” *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies* 42(3):277–97.
- Le Billon, Philippe. 2009. “Natural Resource Types and Conflict Termination Initiatives.” *Colombia Internacional* (70):9–34.
- Bourdieu, Pierre. 1980. “Le Capital Social.” *Actes de La Recherche En Sciences Sociales* 31:2–3.
- Brittain, James. 2005. “A Theory of Accelerating Rural Violence: Lauchlin Currie’s Role in Underdeveloping Colombia.” *Journal of Peasant Studies* 32(2):335–60.
- Carbó, Eduardo Posada. 2012. “Café y Democracia En Colombia: Reflexiones Desde La Historia.” *Revista de Economía Institucional* 14(27):241–54.
- CELAC. 2017. *Innovation for Sustainable Rural Sustainable Rural*. Santiago.
- Chile, Love, and D. Talukder. 2015. “Agricultural Trade Liberalisation and Price Volatility in Bangladesh and Tanzania: A Comparative Analysis.” *Africanus: Journal of Development Studies* 44(2):15–32.
- Clapp, Jennifer. 2017. “Food Self-Sufficiency: Making Sense of It, and When It Makes Sense.” *Food Policy* 66:88–96.
- Colleta, Nat. J., and Michelle L. Cullen. 2000. *Violent Conflict and Transformation of Social Capital: Lessons from Cambodia, Rwanda, Guatemala, and Somalia*. Washington D.C.
- Collier, Paul. 2000. “Doing Well out of War: An Economic Perspective.” Pp. 91–111 in *Greed & grievance: economic agendas in civil wars*. Lynne Rienner Publishers.

- Consejo De Derechos Humanos de las Naciones Unidas. 2018. *Declaración de Las Naciones Unidas Sobre Los Derechos de Los Campesinos y de Otras Personas Que Trabajan En Las Zonas Rurales*.
- Cox, Michaelene. 2008. *Social Capital and Peace-Building: Creating and Resolving Conflict with Trust and Social Networks*.
- DANE. 2018. *Boletín Técnico: Pobreza Monetaria En Colombia, Año 2018*. Bogotá.
- Daviron, Benoît, and Stefano Ponte. 2005. *The Coffee Paradox: Global Markets, Commodity Trade and the Elusive Promise of Development*. London: Zed Books.
- DiMaggio, Paul J., and Walter W. Powell. 1983. "The Iron Cage Revisited : Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields." *American Sociological Review* 48(2):147–60.
- Dube, Oeindrila, and J F Vargas. 2006. "Resource Curse in Reverse: The Coffee Crisis and Armed Conflict in Colombia." *Documentos CEDE Universidad de Los Andes AC 2002"El Conglomerado Del Azucar Del Valle Del Cauca Colombia" Centro Nacional de Productividad CNP Colombia Serie Desarrollo Productivo 7191*(May).
- Dube, Oeindrila, and Juan F Vargas. 2006. *Are All Resources Cursed? Coffee Oil and Armed Conflict in Colombia*. Vol. 2.
- Dube, Oeindrila, and Juan F. Vargas. 2013. "Commodity Price Shocks and Civil Conflict: Evidence from Colombia." *Review of Economic Studies* 80(4):1384–1421.
- Duffield, Mark. 2001. *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books.
- Duffield, Mark. 2010. "The Liberal Way of Development and the Development-Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide." *Security Dialogue* 41(1):53–76.
- Duque-Orrego, Hernando. 2004. *Como Reducir Los Costos de Producción En La Finca Cafetera*. edited by O. Hector Fabio. Caldas: Cenicafe.
- Dyer, Chelsey. 2019. "Colombia's War of Neoliberal Economics." *North American*

Congress on Latin America.

FAO. 2017. *Emprendimientos de La Agricultura Familiar Por La Paz - Metodologías Para La Innovación Social y Tecnológica Para El Desarrollo Rural.*

Fearon, James D. 2007. "Economic Development, Insurgency, and Civil War." *Institutions and Economic Performance* 292–328.

Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. 2019. *Ensayos Sobre Economía Cafetera.* Vol. 32.

Fridell, Gavin. 2007. "Fair-Trade Coffee and Commodity Fetishism: The Limits of Market-Driven Social Justice." *Historical Materialism* 15(4):79–104.

Galtung, Johan. 1969. "Violence, Peace, and Peace Research." *Journal of Peace Research* 6(3):167–91.

Germain, N. Pichop, and M. Kemegue Francis. n.d. "International Coffee Agreement: Incomplete Membership and Instability of the Cooperative Game." *Southwest Business and Economics Journal* 13–24.

Ginty, Roger Mac, and Oliver P. Richmond. 2013. "The Local Turn in Peace Building: A Critical Agenda for Peace." *Third World Quarterly* 34(5):763–83.

Gobierno de Colombia. 2019. "Bases Del Plan Nacional de Desarrollo 2018-2022." edited by G. de Comunicaciones. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación.

Goodhand, Jonathan. 2012. "Violent Conflict, Poverty and Chronic Poverty." *SSRN Electronic Journal* (May):1–49.

Guereña, Arantxa. 2017a. "A Snapshot of Inequality - What the Latest Agricultural Census Reveals about Land Distribution in Colombia." 37.

Guereña, Arantxa. 2017b. *Radiografía de La Desigualdad: Lo Que Nos Dice El Último Censo Agropecuario Sobre La Distribución de La Tierra En Colombia.*

Hallam, D. 2003. *Falling Commodity Prices and Industry Responses: Some Lessons from the*

International Coffee Crises.

Hecht, Susana. 2003. *Globalization, Forest Resurgence and Environmental Politics in El Salvador.*

Henriques, Miguel Barreto. 2019. "A Construção Da Paz Na Colômbia Implica a (Re)Construção Da Democracia." P. 142 in *Anuário Janus*. OBSERVARE.

Humphreys, Macartan. 2005. "Natural Resources, Conflict, and Conflict Resolution: Uncovering the Mechanisms." *Journal of Conflict Resolution* 49(4):508–37.

Iglesias, Eduardo Sánchez, and Vicente Sánchez Jiménez. 2018. "Peace and the Solution to the Problem of the Field in Colombia: A Comparative Analysis in the Peace Agreement and the National Development Plan." *Araucaria* 20(39):365–87.

International Coffee Organization. 2019. *Coffee Development Report. Growing for Prosperity: Economic Viability as the Catalyst for a Sustainable Coffee Sector.*

Jaffee, Daniel. 2007. *Brewing Justice: Fair Trade Coffee, Sustainability and Survival.* University of California Press.

Jimenez, Carlos Corredor. 2017. *Desarrollo Rural Territorial, Economía Campesina y Caminos Solidarios.* Centro de. Editorial Universidad del Cauca.

Kaldor, Mary. 2012. "New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era."

Keen, David. 2002. "Conflict, Trade and Economic Agendas." *Committee for Conflict Transformation Support* (19).

Klein, Naomi. 2008. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism.* New York: Metropolitan Books.

Laville, Jean-Louis, Denis Young, and Philippe Eynaud. 2015. *Civil Society, the Third Sector and Social Enterprise: Governance and Democracy.* London: Routledge.

Lines, Thomas. 2003. *Europe and the Coffee Crises: A Plan for Action.*

Lucía, Dolores, Sutil Martín, Samuel Fernando, Ricardo Ruiz, and Rey Juan. 2018.

“Innovation at the Beginning of the Value Chain of Coffee Production as a Route towards Development of Inclusive Business with a Gender Perspective.” (August).

Machado, Absalon. 1990. “El Café En Colombia a Principios Del Siglo XX.” *Desarrollo Económico y Social En Colombia: Siglo XX* Páginas 77-97.

Manizales, De. 2017. “Tendencia de La Producción y El Consumo Del Café En Colombia.” *Apuntes Del CENES* 36(64):139–65.

Martínez Collazos, Jarrison. 2017. “Políticas Públicas Para La Economía Solidaria En Colombia, Antecedentes y Perspectivas En El Posconflicto.” *REVESCO Revista de Estudios Cooperativos* 123:174–97.

Montero, Alfred P., and Richard Snyder. 2002. “Politics after Neoliberalism: Reregulation in Mexico.” *Latin American Politics and Society* 44(4):192.

Morisset, Jacques. 1998. “Unfair Trade? The Increasing Gap between World and Domestic Prices in Commodity Markets during the Past 25 Years.” *World Bank Economic Review* 12(3):503–26.

Moura, Tatiana. 2005. “Novíssimas Guerras, Novíssimas Pazes. Desafios Conceptuais e Políticos.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 71:77–96.

Muñoz-Mora, Juan Carlos. 2010. “Los Caminos Del Café: Aproximación a La Relación Entre El Conflicto Armado Rural y La Producción Cafetera Colombiana.” Universidad de los Andes.

Muradian, Roldan, and Pelupessy Wim. 2005. “Governing the Coffee Chain: The Role of Voluntary Regulatory Systems.” *World Development* 33(12):2029–44.

Negri, Antonio, and Michael Hardt. 2000. *Empire*. London: Harvard University Press.

Ojeda, Diana. 2012. “Green Pretexts: Ecotourism, Neoliberal Conservation and Land Grabbing in Tayrona National Natural Park, Colombia.” *Journal of Peasant Studies* 39(2):357–75.

Orozco, Elena, Clemente Forero, and Eduardo Wills. 2013. *Inseguridad Rural y*

Asociatividad: Una Investigación Sobre Violencia y Formas Organizativas En Zonas de Conflicto. Bogotá: Universidad de los Andes.

Oslender, Ulrich. 2007. "Violence in Development: The Logic of Forced Displacement on Colombia's Pacific Coast." *Development in Practise* 17(6):752–64.

Osorio, Néstor. 2002. *Global Coffee Crisis: A Threat to Sustainable Development*.

Ostrom, Elinor. 1990. "Governing the Commons." *Governing the Commons*.

Pécaut, Daniel. 2012. *Orden y Violencia: Colombia 1930-1953*. Medellín.

Pieterse, MTA, and HJ Silvis. 1988. *The World Coffee Market and the International Coffee Agreement*.

PNUD. 2015. *Cadena Productiva Del Café: Oportunidades desde Inclusión Productiva Para Poblaciones En Situación de Vulnerabilidad En El Quindío*. 1. Bogotá.

Polanyi, Karl. 2001. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.

Presidencia de la República, and FARC-EP. 2016. "Acuerdo de Paz." in *Acuerdo Final Para La Terminación Del Conflicto Y La Construcción De Una Paz Estable Y Duradera*.

Pugh, Michael. 2005. "The Political Economy of Peacebuilding: A Critical Theory Perspective." *International Journal of Peace Studies* 23–42.

Pugh, Michael, Neil Cooper, and Jonathan Goodhand. 2004. "War Economies in a Regional Context: Challenges of Transformation."

Reichman, Daniel. 2008. "Justice at a Price: Regulation and Alienation in the Global Economy." *Political and Legal Anthropology Review* 31:102–12.

República de Colombia. 2017. *Decreto Ley 902 de 2017*.

Rettberg, Angelika. 2010. "Global Markets, Local Conflict: Violence in the Colombian Coffee Region after the Breakdown of the International Coffee Agreement." *Latin American Perspectives* 37(2):111–32.

- Rettberg, Angelika. 2018. "Peace-Making as a Struggle Over the Social Contract: Challenges and Opportunities of the Peace Agreement in Colombia." *SSRN Electronic Journal* 1–29.
- Rettberg, Angelika, Ralf Juan Leiteritz, and Carlo Nasi. 2014. "Different Resources, Different Conflicts? A Framework for Understanding the Political Economy of Armed Conflict and Criminality in Colombian Regions." *SSRN Electronic Journal* (Sipri 2012).
- Richmond, Oliver P. 2007. "Emancipatory Forms of Human Security and Liberal Peacebuilding." *International Journal* 62(3):459–77.
- Roa, Elcy Corrales, and Jaime Forero Alvarez. 1992. "La Economía Campesina y La Sociedad Rural En El Modelo Neoliberal de Desarrollo." *Cuadernos de Desarrollo Rural* (29).
- Roy, Vita. 2018. "Managing Resource-Related Conflict: A Framework of Lootable Resource Management and Postconflict Stabilization." *Journal of Conflict Resolution* 62(5):1044–71.
- Samper, Mario, Steven Topik, Angelika Rettberg, Alexandra Descamps, Cristopher Bacon, Rafael Porras, and Marie Renard. 2013. *Crisis y Transformaciones Del Mundo Del Café: Dinámicas Locales y Estrategias Nacionales En Un Periodo de Adversidad e Incertidumbre*.
- Sanchez R, Magaly. 2006. "Insecurity and Violence as a New Power Relation in Latin America." *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 606:178–95.
- Sandole, Dennis. 2013. *Conflict Resolution and Human Needs: Linking Theory and Practise*. edited by K. Avruch and C. Mitchell. Routledge.
- Santos, Juan Manuel. 2002. "El Café En La Agenda Internacional." 1–5.
- Santos, Marcelo. 2007. "O Poder Norte-Americano e a América Latina No Pós-Guerra Fria." 254.

- Selby, Jane, Donna Pankhurst, Eric Herring, Susan Eillet, Salil Tripathi, and Neil Cooper. 2008. *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. edited by M. Pugh, N. Cooper, and M. Turner. Palgrave Macmillan.
- Shiva, Vandana. 2004. "La Mirada Del Ecofeminismo (Tres Textos)." *Polis* 9.
- Snyder, Richard. 2006. "Does Lootable Wealth Breed Disorder? A Political Economy of Extraction Framework." *Comparative Political Studies* 8:943–68.
- Talbot, John. 2002. "Information, Finance, and the New International Inequality: The Case of Coffee." *Journal of World-Systems Research* 8(2):215–50.
- Talbot, John M. 2002. "Tropical Commodity Chains, Forward Integration Strategies and International Inequality: Coffee, Cocoa and Tea." *Review of International Political Economy* 9(4):701–34.
- Talbot, John M. 2009. "The Struggle for Control of a Commodity Chain : Instant Coffee from Latin America." *Latin American Research Review* 32(2):117–35.
- Talbot, John M. 2019. "Coffee Crisis: The Case for a Regulated Market." *Georgetown Journal of International Affairs* 3(1):45–52.
- Unidas, Naciones. 2020. *Informe de La Alta Comisionada de Las Naciones Unidas Para Los Derechos Humanos Sobre La Situación de Derechos Humanos En Colombia Durante El Año 2019*.
- Valenzuela, Santiago. 2019. "Tres Días En Un Campamento Guerrillero." *Pacifista!*
- Velasco, Juan David. 2014. "Negociando La Tierra: Empresas Extranjeras, Minería a Gran Escala y Derechos Humanos En Colombia*." *Estudios Socio-Jurídicos* 16(1):285–310.
- Wood, Elisabeth, and Alexander Segovia. 1995. "Macroeconomic Policy and the Salvadoran Peace Accords." *World Development* 23:2079–99.
- Woolcock, M., and D. Narayan. 2000. "Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy." *The World Bank Research Observer* 15(2):225–49.

